



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

THALITA SILVA RAMOS

**A CONTRARREFORMA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEUS IMPACTOS NA
VIDA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

JOÃO PESSOA

2019

THALITA SILVA RAMOS

**A CONTRARREFORMA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEUS IMPACTOS NA
VIDA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Me. Jéssica Maria de Souza Mélo

JOÃO PESSOA

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R175c Ramos, Thalita Silva.

A Contrarreforma na Previdência Social e seus Impactos
na Vida das Pessoas com Deficiência / Thalita Silva
Ramos. – João Pessoa, 2019.

61 f. : il.

Orientação: Profª Me Jéssica Maria de Souza Mélo Mélo.

Coorientação: Me Liana Amaro Augusto de Carvalho
Carvalho, Me Maria da Conceição Silva Cruz de
Vasconcelos Vasconcelos.

Monografia (Graduação) – UFPB/CCHLA.

1. Contrarreforma da Previdência. 2. Pessoas com
Deficiência. 3. Estado de Direito. 4. Plano
Democrático. 5. Consciência de Classe. 6. Direitos
Constituídos. I. Mélo, Profª Me Jéssica Maria de Souza
Mélo. II. Carvalho, Me Liana Amaro Augusto de Carvalho.
III. Vasconcelos, Me Maria da Conceição Silva Cruz de
Vasconcelos. IV. Título.

THALITA SILVA RAMOS

**A CONTRARREFORMA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEUS IMPACTOS NA
VIDA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

João Pessoa, ____de____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Me. Jéssica Maria de Souza Mélo (orientadora)

Me. Liana Amaro Augusto de Carvalho (examinadora)

Me. Maria da Conceição Silva Cruz de Vasconcelos (examinadora)

RESUMO

Esse estudo sobre a Contrarreforma da Previdência Social e seus impactos para a sociedade tem o objetivo de trazer os resultados obtidos através dessa pesquisa bibliográfica evidenciando os malefícios que esta implicação trará no tocante ao bem estar das pessoas com deficiência, em especial, e os demais sujeitos sociais. Não tão somente objetivando se ater ao assunto da Contrarreforma no presente momento, mas trazendo elementos para que se instigue o leitor a visualizar de forma panorâmica as mudanças que se dão em sua sociabilidade no que diz respeito a seus direitos conquistados através de lutas, movimentos e mobilizações no âmbito social não se limitando apenas a essa dimensão e orientando sobre o quão importante se dá a leitura da realidade em uma perspectiva crítica para a construção de práticas que possam incidir na manifestação de ações que visem o bem comum dos cidadãos pelo poder da pressão, da consciência de classe implementando mudanças em uma determinada realidade vigente. Para que isso ocorra, é necessário que, de antemão, a informação seja divulgada e sua veracidade provada, visto que no contexto em que estamos inseridos atualmente, nos é turvada a visão para o óbvio, e o que não se pode permitir é que direitos forjados através do sangue sejam desmanchados, estigmatizando ainda mais setores da sociedade que carecem de aparato especializado no que se diz respeito à garantia fundamental de seus direitos constituídos por via legal para que se efetive um plano democrático no Estado de direito, onde as garantias básicas de dignidade estão sendo severamente ameaçadas por decisões governamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Contrarreforma da Previdência. Pessoas com Deficiência. Estado de Direito. Plano Democrático. Consciência de Classe. Direitos Constituídos.

ABSTRACT

This study on the Social Security Counter-Reform and its impacts on society aims to generate results, from this bibliographic research highlighting the harm that this implication cannot affect the well-being of people with special and other social. Not only aiming to activate the subject of the Counter-Reformation at the present moment, but it brings elements to instigate or display a viewer in a panoramic way as changes that allow its sociability and that do not respect the rights conquered by movements, movements and mobilizations in the social sphere. They are limited only to this dimension and guide how important are the readings of reality in a critical perspective for the construction of practices that can focus on the manifestation of actions aimed at or very common to individuals through the power of pressure, class consciousness. implementing changes in a specific current reality. For this to happen, it is necessary, in advance, the information is disclosed and its proven, since there is no context in which we are currently inserted, we are seeing the view for obvious, and that can not be allowed by copyright through blood, be dismantled, further stigmatizing those sectors of society that need specialized apparatus, which concerns the fundamental guarantee of their legally constituted rights to effect a democratic plan in the rule of law, where the norms of dignity are being severely threatened by vigilant current government decisions.

KEYWORDS: Pension Reform Counter. Disabled people. Rule of law. Democratic plan. Class Awareness. Constituted Rights.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 (Boletim estatístico da previdência social).....34

Figura 2 (Boletim estatístico da previdência social).....35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 (Quadro de detalhamento da despesa FUNAD exercício: 2007).....	21
Tabela 2 (Quadro de detalhamento da despesa FUNAD exercício: 2011).....	22
Tabela 3 (Quadro de detalhamento da despesa FUNAD exercício: 2015).....	23
Tabela 4 (Receitas da seguridade social/desvio da DRU).....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Assessoria de Educação Especial

AEPS - Anuário Estatístico da Previdência Social

BMOB - Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios

BPC – Benefício de prestação continuada

BPMBI - Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade

CAP - Caixa de Aposentadoria e Pensões

CER - Centro Especializado em Reabilitação

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CODAFI - Coordenadoria de Atendimento à Pessoa com Deficiência Física

CODAM/SERI - Coordenadoria de Atendimento à Pessoa com deficiência Intelectual

CODAPA - Coordenadoria de Atendimento à Pessoa com Deficiência Auditiva

CODAVI - Coordenadoria de Atendimento à Pessoa com Deficiência Visual

CODEI - Coordenadoria de Educação Integrada

CORDE - Coordenação Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência

CORDI - Coordenadoria de Triagem e Diagnóstico

CORPU - Coordenadoria de Treinamento, Produção e Ensino Profissionalizante

DRU – Desvinculação das receitas da união

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNAD – Fundação Centro Integrado de Apoio as Pessoas com Deficiência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados
LBA - Lei Brasileira de Assistência
LBI - Lei Brasileira de Inclusão
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
LOPS - Lei Orgânica de Previdência Social
MEC - Ministério da Educação
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NAAHS - Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação
NED - Núcleo de Educação Física e Desporto
NVA - Núcleo de Vivência e Artes
PIB – Produto Interno Bruto
PNE - Plano Nacional de Educação
RGPS - Regime Geral de Previdência Social
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SPREV - Secretaria de Previdência
SRM - Salas de Recursos Multifuncionais
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUIBE - Sistema Único de Informações de Benefícios
SUS – Sistema Único de Saúde
TEA – Transtorno do Espectro Autista
TGD - Transtorno Global do Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
 JUSTIFICATIVA	 2
OBJETIVO GERAL	3
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	4
METODOLOGIA.....	4
 1. DEFICIÊNCIA: EVOLUÇÃO DO ENTENDIMENTO E DEFINIÇÃO:	 7
 1.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL:	 10
1.2 POLÍTICAS SOCIAIS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA PARAÍBA:20	
 2. AS CONTRARREFORMAS DO ESTADO: PROJEÇÕES DE UMA POSSÍVEL REFORMA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:	 30
 2.1 O MITO DO DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA: AFINAL, A PREVIDÊNCIA É DEFICITÁRIA OU SUPERAVITÁRIA?	 35
2.2 A APOSENTADORIA PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ATUALMENTE:	39
2.3 A LEI DO PENTE FINO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL:	47
 3. AS CONTRARREFORMAS DO ESTADO: IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:	 50
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 55
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 56

INTRODUÇÃO

A Contrarreforma na Previdência Social têm se mostrado uma temática indispensável e plausível de ser discutida, visto a relevância de sua importância no tocante das transformações que vem implementando na vida dos sujeitos sociais e seus espaços de sociabilidade.

As pessoas com deficiência possuem uma expectativa de vida diferenciada quando as comparamos com os demais indivíduos da sociedade que não possuem impedimentos das mais variadas formas, não se diz limitação e nem impossibilidade de sociabilidade, mas é importante ressaltar que, em decorrência das lacunas que a própria sociedade construiu, as sobrecargas da vida comum, das atividades e das barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e da falta de aparatos legais mais inclusivos e emancipativos, esse acaba sendo um fator que justifica não se defender esse tipo de contrarreforma que nega e coloca a pessoa com deficiência em uma posição totalmente violadora de seus direitos constituídos, onde as mesmas já se encontram por séculos com seus direitos já sendo violados, e por decorrência disso, ainda sofrem por esse ranço histórico.

As pessoas com deficiência em determinados sentidos, também sofrem com o maior desgaste funcional vide a realização de atividades que acabam agravando muitas vezes sequelas tanto de uma determinada deficiência já existente (física, visual, intelectual ou auditiva) como também decorrentes do avanço da idade, juntando-se ao fato de muitos espaços ainda não serem adaptados às condições que uma deficiência impõe a uma pessoa que podem ser também ambientes insalubres. Apesar de ampla e forte legislação protetiva, as pessoas com deficiência ainda são alvos de discriminações e preconceito nos mais variados âmbitos de sua vivência.

O custo adicional que uma deficiência traz a própria pessoa e seus cuidadores também é outro item que devemos ressaltar no que diz respeito à manutenção de suas vidas em todos os sentidos. O gasto com medicamentos, terapias, agravos de suas situações e a falta de acesso a todos os bens, serviços e recursos são também agravantes de suas condições sociais, econômicas, laborativas e funcionais.

Desse modo, a busca por informações concernentes a temática é de suma importância para a sociedade como um todo, pois assim se firma o compromisso com a informação, o esclarecimento e a promoção de forma acessível desses dados principalmente às pessoas com deficiência, visto que é nas mesmas que esse estudo se delimita e toma forma.

A reforma previdenciária é um ataque direto as normas fundamentais dos direitos humanos, portanto uma forma de desumanizar as pessoas com deficiência, então, colocar-nos à par da relevância do problema e do método dessa abordagem nos dará aporte para refletirmos sobre o que está por vir e vêm se sucedendo de forma objetiva e esclarecedora para todos os públicos, em especial as pessoas com deficiência.

JUSTIFICATIVA

O Benefício de Prestação Continuada, conhecido como BPC, é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e um benefício da Assistência Social que integra o Sistema Único de Assistência Social, o SUAS. Ele é financiado pelo Governo Federal e permite a idosos e pessoas com deficiência o acesso às condições mínimas de dignidade, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, o MDS, que hoje se encontra com outra configuração.¹

Sendo assim, ele é um direito garantido aos cidadãos brasileiros, que atendem aos critérios contidos na lei que o assegura. Seu valor é de um salário mínimo, provido aqueles que não possuem o direito à Previdência Social e não podem trabalhar e levar uma vida independente.

O Benefício de Prestação Continuada está atualmente sendo ameaçado pela Contrarreforma na Previdência Social que podemos caracterizar como um ataque ao padrão de proteção instituído e assegurado constitucionalmente.

A PEC 06/2019, ou seja, a proposta da Emenda Constitucional enviada pelo governo do atual presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro, penaliza a classe trabalhadora, sobretudo a parcela empobrecida, expressando a defesa dos interesses do capital e da mercantilização dos direitos sociais. Tendo em

¹No governo Bolsonaro a pasta foi incorporada ao Ministério da Cidadania, com o Ministério do Esporte e da Cultura. O atual ministro da Cidadania é Osmar Terra.

vista também a vigência da Emenda Constitucional de nº 95/16 que congela os gastos sociais pelo prazo de 20 anos inviabilizando, sucateando e desmontando o Sistema de Proteção Social brasileiro, que é oriundo das lutas travadas historicamente na busca da construção de um Estado democrático de Direito.

Esse assunto é passível de ser tratado e investigado, pois apresenta um projeto destruturador à população, sendo de inestimável relevância ao nosso presente e futuro, e os das posteriores gerações. Ele desmonta a Seguridade Social brasileira comprometendo todos os sistemas existentes e as políticas públicas e sociais que asseguram as necessidades vitais da população brasileira.

Essa proposta demonstra total irresponsabilidade com a dignidade e vida das pessoas. Com isso, faz-se mais que importante e necessário, informar a população que essa reforma retira os direitos dos trabalhadores, não tão somente das pessoas com deficiência como também das mulheres, idosos e jovens.

De forma simples, busca-se aqui, levar ao conhecimento dos trabalhadores a importância da existência desse debate em todos os nossos ambientes, seja em família, no trabalho, nas igrejas, sindicatos, comunidades ou onde estivermos.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar o acesso a informações sobre leis e decretos para as pessoas com deficiência, que poderão passar por alterações, esclarecendo desta forma os direitos existentes para seu público alvo, promovendo discussões acerca da importância dos impactos dessas mudanças e o que poderão causar em suas vidas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar nas leis e decretos existentes, as possíveis alterações em seus textos envolvendo a temática apresentada pelo trabalho de modo esclarecedor;
- Promover discussões sobre as informações que não estão explícitas de forma acessível para as pessoas com deficiência;
- Estimular a importância da participação efetiva da população no processo de reconhecimento de classe para si, dentro de uma perspectiva de embate, enfrentamento e luta frente às reformas que ameaçam os trabalhadores em um atual cenário de Contrarreforma do Estado;

METODOLOGIA

As opções metodológicas adotadas neste trabalho apresentam uma pesquisa de cunho bibliográfico, documental e qualitativo.

O método de estudo adotado é o materialismo histórico e dialético de Karl Marx, teoria social implementada pelo mesmo cujo referencial é discutido com a finalidade de subsidiar a análise, intervenção e crítica profissionais, de modo que essas dimensões se dissolvam em estratégias políticas e em instrumentos técnico operativos da ação profissional, perpassando também pelos âmbitos técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-político e formativo do profissional que adota a produção marxiana. Os autores Lessa e Tonet afirmam que:

O materialismo histórico-dialético: descoberto por Marx ao estudar a sociedade capitalista, caracteriza-se por conceber o mundo dos homens como a síntese da prévia-ideação com a realidade material, típica e elementarmente por meio do trabalho. As dimensões ideal e material dos atos humanos são integradas, possibilitando tanto reconhecer a importância das ideias para a história quanto a sua impotência quando não encontram as condições históricas necessárias para que sejam traduzidas em prática (para que sejam objetivadas) por atos humanos concretos. O materialismo histórico-dialético, portanto, é a superação histórica tanto do idealismo quanto do materialismo mecanicista. Ele possibilita compreender a base material das ideias e, ao mesmo tempo, a força material das ideias na reprodução social. (Lessa; Tonet, 2016, p: 43)

O Serviço Social possui um instrumental em metodologia de intervenção, onde através da teoria, das técnicas e dos instrumentos é capaz de se adequar as transformações da realidade e das mais diferentes demandas sociais postas na sociedade capitalista. É importante que o profissional tenha conhecimento da finalidade, quanto à escolha do instrumento e técnica. Pois irá expressar o entendimento sobre as dimensões teórico-políticas. (Santos; Noronha, 2016). Portanto,

“[...] o processo de escolha não é neutro. Ao escolher os instrumentos de intervenção, o profissional deve levar em consideração as condições objetivas do trabalho, as finalidades da ação, as finalidades da profissão, as finalidades da instituição, bem como pensar sobre a demanda, sua funcionalidade frente à realidade em que a população está inserida, as habilidades necessárias ao seu manuseio e seu compromisso ético-político”. (Santos; Noronha, 2016, p: 83)

Yolanda Guerra em seu texto sobre a instrumentalidade do Serviço Social nos faz refletir sobre o fato de que as demandas trabalhadas pela profissão estão crivadas e são apresentadas dentro de perspectivas, visões e ações que são guiadas por essas vias, visto que a mediação, a intervenção e a implementação de ações emancipatórios aos sujeitos sociais perpassam por esses campos que podem ser técnicos, teóricos, valorativos e políticos em sua concretização, sendo assim, ela nos diz que:

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípios ético-políticos. Assim, na realização das requisições que lhe são postas, a profissão necessita da interlocução com conhecimentos oriundos de disciplinas especializadas. O acervo teórico e metodológico que lhe serve de referencial é extraído das ciências humanas e sociais (conhecimentos extraídos das áreas de: Administração, Ciência Política, Sociologia, Psicologia, Economia etc.). Tais conhecimentos têm sido incorporados pela profissão e particularizados na análise dos seus objetos de intervenção. Mas a profissão também tem produzido, através da pesquisa e da sua intervenção, conhecimentos sobre as dimensões constitutivas da questão social, sobre as estratégias capazes de orientar e instrumentalizar a ação profissional (dentre outros temas) e os tem partilhado com profissionais de diversas áreas. (Guerra, 2007, p: 11)

A ampliação de um Estado Democrático de Direito se dá com base e expande suas funções por intermédio das lutas e movimentos sociais de classe organizados, o Serviço Social, entretanto, se insere nesse confronto colocando-se em defesa dos direitos humanos e do acesso universal a bens e serviços, sejam das políticas públicas e sociais, seja também pela sua capacidade de objetivar instrumentais pela via do progresso e da emancipação humana, ora próprias de uma perspectiva dialética. É de suma importância que de forma legítima, a profissão e seus profissionais questionem a instrumentalidade e funcionalidades existentes em seu meio de atuação, abarcando em seu agir, práticas que possam permiti-lo ter base histórica, a mesma pela qual a profissão germina e que sempre buscou romper com a ordem social do capital, do conservadorismo, da benesse, da caridade e da institucionalização dos seres humanos e do conhecimento.

A teoria de Marx permite-nos visualizar que a sociedade é parte no processo de produção e reprodução de relações que se dão com base na categoria trabalho que assume a centralidade na vida social, permeada por conflitos, antagonismos, relação de exploração e dominação, alienação e de resistência.

No entanto, podemos concluir que essa via investigativa, proporciona não tão somente o enriquecimento da teoria, mas também nos permite compreender a sociedade capitalista, em uma perspectiva de classe para si, entendendo que nas relações sociais a gênese da questão social se dá dentro de uma sociabilidade que detém e apropria a riqueza socialmente produzida e nos leva aonde queremos chegar, a superação da ordem capitalista, o ultrapassar da condição de meros executores e gestores das políticas planejadas colocando-nos a capacidade de apreender a centralidade do trabalho na sociedade. A questão social é o material que nos permite investigar a realidade em sua totalidade, se posta a exames rigorosos nos distancia da omissão, do descuidar que pode nos levar a ter uma leitura fragmentada, parcial e incongruente da impressão que se pode ter das coisas, não buscando a sua essência e vendo o que está por trás do aparente. Desse modo, é de indubitável importância que essa busca por esse referencial esteja dentro de um contexto crítico de constante renovação, que nos permita no âmbito da

pesquisa, do ensino e da análise de resultados adquiridos nas mesmas, alçar um passo a compreensão da realidade total, não de modo isolado.

José Paulo Netto assinala em menção, que não é função da teoria oferecer modelos e manuais interventivos, afirmando que o mesmo:

“[...] não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação”. (Netto, 2009, p: 684)

Conclui-se que, ao profissional que pretende se empoderar e desenvolver essa perspectiva disponham de uma visão panorâmica da dinâmica societária para que possa direcionar as suas análises a criticidade que permita o mesmo delinear com clareza o papel do Estado na profissão e na sua referência analítica e investigativa, nas instituições e nas menções teóricas. Tomar o marxismo como referencial e marco teórico exige da natureza das coisas, sua história, sua formação e sua essência e não é tão simples quanto se apresenta ser.

1. DEFICIÊNCIA: EVOLUÇÃO DO ENTENDIMENTO E DEFINIÇÃO:

A deficiência em um ser humano sempre foi vista como um tabu e tratada com estranhamento e como castigo, as pessoas com deficiência foram historicamente invisibilizadas na sociedade, juntamente arraigada a um tratamento diferenciado dos demais ditos “normais”.

Ao ser percebida a deficiência em uma pessoa, sociedades antigas como a grega e a romana as inabilitavam, marginalizavam, privavam e faziam delas alvos de atitudes preconceituosas e cruéis. As práticas para com as pessoas com deficiência eram simplesmente a exclusão e a execução para a morte, uma vez que estas eram vistas como “defeituosas” e inválidas, verdadeiras aberrações e não existiam aparatos legais que garantissem sua proteção.

No momento em que surge uma pessoa com deficiência na família, sua dinâmica e estruturas mudam, a mesma muitas vezes ignora os sintomas, logo em seguida vem o processo de aceitação, e a família busca os conceitos em como lidar com a deficiência. O processo é impactante, visto que no nosso cotidiano não paramos para pensar no que está fora do padrão, e quando encaramos alguém com deficiência na rua, por exemplo, ficamos um pouco desconfortáveis, mas somos cordiais e seguimos nossa vida fingindo que o que está fora do padrão não existe.

A deficiência por muito tempo no Brasil foi vista e ainda é por muitos como algo que deixa a pessoa incapaz de realizar qualquer atividade social, como ir à escola ou trabalhar, a pessoa com deficiência tem suas limitações, porém é capaz de estar inserida na sociedade realizando atividades que cabem dentro das suas condições. Nesse processo a família também tem que enxergar a pessoa com deficiência como um ser humano capaz e incentivar a busca da independência, possibilitando o desenvolvimento global da mesma.

De acordo com o artigo 3º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 que regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e dispõe sobre a política nacional para integração da pessoa com deficiência e consolida as normas de proteção, e dá outras providências, considera-se deficiência:

Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa com deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (Brasil, 1999)

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) de nº 13.146, de 6 de julho de 2015, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando

a sua inclusão social e cidadania. Nesta lei em seu Art. 2º consta que pessoa com deficiência é:

“[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. (Brasil, 2015).

Essas leis e decretos são instrumentos de grande importância para o empoderamento das pessoas com deficiência, pois é através desses aparatos legais, que as pessoas com deficiência ou seus responsáveis tomam conhecimento dos seus direitos e podem exigir do Estado a plena efetivação dos mesmos, para que possam usufruir de uma vida mais digna e justa.

No decorrer da história da humanidade foram usadas e ainda são diversas terminologias que implicam nos mais diversos tratamentos a pessoa com deficiência, visto que os mesmos mudam o sentido, o significado e a posição da pessoa com deficiência na sociedade. Com o avanço das legislações e na forma de efetivar as políticas públicas passando de um modelo de integração para um modelo inclusivo, modificaram-se também as formas de se tratar a pessoa com deficiência. Atualmente, podemos citar alguns dos principais termos que sofreram essas mudanças com o decorrer dos anos:

Excepcional: Ressalta-se não mais a excepcionalidade da condição da pessoa com deficiência, e sim o fato de ser pessoa, e isso independe da mesma ter uma deficiência.

Deficiente: A atenção a este termo é importante, pois se ressalta o fato de a pessoa ter um impedimento específico, e não em sua totalidade ser uma pessoa deficiente.

Pessoa portadora de deficiência: A deficiência não é uma condição que a pessoa porta ou pode deixar de portar, e sim, deve-se dizer, ela tem determinada deficiência.

Portadores de necessidades especiais: Não se considera correto o termo por ser genérico, ele não especifica a condição de uma pessoa com deficiência.

É correto afirmar: Pessoa com deficiência auditiva; Pessoa com deficiência física; Pessoa com deficiência intelectual; Pessoa com deficiência visual, etc.

Utiliza-se o termo pessoa sem deficiência, em vez de nos remetermos a: pessoas “normais” ou ditas “normais”.

1.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL:

Na nossa cultura, desde a época colonial até a atualidade, ainda existem casos de infanticídio em aldeias indígenas brasileiras onde as crianças com deficiência ao nascerem são enterradas vivas, pois ainda são vistas como possuídas pelos demônios e vítimas de um castigo sobrenatural onde suas famílias não podem cuidá-las. Esse ato faz parte da tradição desse povo antes mesmo da chegada dos europeus ao país, diz-se também que essa prática para os índios é um ato de amor e uma forma de proteger o recém-nascido, é realizada desde o Brasil colônia e posteriormente até os dias atuais.

A sociedade global, não somente o Brasil, sempre procurou expurgar o que era diferente e o que saía do padrão “normal” e ainda hoje as pessoas com deficiência convivem com os resquícios causados pela segregação e violação de suas vidas durante séculos.

Quando surgiu o cristianismo ainda no Império Romano, pela doutrina e fé cristã, algumas más práticas foram destituídas e foi neste contexto que passaram a surgir os primeiros hospitais para acolher as pessoas com deficiência, onde essas eram tratadas por misericórdia, graça e caridade.

No início da idade média, também chamada de era medieval, as pessoas com algum tipo de deficiência eram vistas como vítimas de possessões demoníacas onde o sobrenatural ditava que estas deveriam ir para a fogueira como as “bruxas”, a pessoa com deficiência era tratada como uma aberração e ter uma deficiência durante um longo período da história da humanidade era considerado até então um infortúnio.

Na sociedade feudal a segregação das pessoas com deficiência se dava em hospitais ou asilos. Nos primeiros séculos da idade média, estas instituições eram mantidas basicamente pelo poder da igreja Católica, que ainda olhava a pessoa com deficiência como uma infortunada, possessa e indigente.

Na Idade Moderna tivemos tempos sombrios e de passagem para novos pensamentos que nasciam, a ignorância aos poucos passou a ser deixada de lado e dava lugar a novas ideias e ideais. Durante os séculos XVII e XVIII obtivemos um desenvolvimento e alguns avanços no que se refere ao atendimento às pessoas com deficiência em hospitais.

Com o ascenso das ideias humanistas da revolução francesa a sociedade percebeu que as pessoas com deficiência necessitavam de algo mais, não tão somente devendo ser institucionalizadas, mas como sendo dignas de uma atenção especializada.

Na era imperial, podemos citar algumas ações onde Dom Pedro II (1840-1889) no Brasil, funda o Imperial Instituto dos Meninos Cegos que atualmente se chama Instituto Benjamin Constant. Em 26 de setembro de 1857, Dom Pedro II também funda o imperial Instituto de Surdos Mudos²que atualmente é chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais. Sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa socialdemocratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental no fim do século XIX (Pierson, 1991), mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial (pós – 1945):

As sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem. Ao lado da caridade privada e de ações filantrópicas, algumas iniciativas pontuais com características assistenciais são identificadas como protoformas de políticas sociais, citadas como legislações seminais, são as leis inglesas que se desenvolveram no período que antecedeu a Revolução Industrial: (Behring; Boschetti, 2006, p: 47)

- Estatuto dos Trabalhadores, de 1349.
- Estatuto dos Artesãos (Artífices), de 1563.

²Atualmente esta é uma incorreta denominação atribuída ao surdo, pois nem todos os deficientes auditivos são mudos, visto que muitos têm voz e conseguem falar se forem estimulados por fonoaudiólogos.

- Lei dos pobres elisabetanas, que se sucederam entre 1531 e 1601.
- Lei de Domicílio (Settlement Act), de 1662.
- Lei Revisora das Leis dos Pobres, ou Nova Lei dos Pobres (Poor Law Amendment Act), de 1834.

Essas leis obrigavam o exercício do trabalho a todos que apresentassem condições de trabalhar, e as ações assistenciais previstas tinham o objetivo de induzir o trabalhador a se manter por meio do seu trabalho. Associadas ao trabalho forçado, essas ações garantiam auxílios mínimos como a alimentação ao tempo em que os pobres ficavam reclusos nas Workhouses (casas de trabalho):

“Os critérios para acesso eram fortemente restritivos e seletivos, poucos conseguiam receber os benefícios. Os pobres “selecionados” eram obrigados a realizar uma atividade laborativa para justificar a assistência recebida”. (Behring; Boschetti, 2006, p: 48 Apud Polanyi, 2000; Castel, 1992, 1998)

Se as legislações sociais pré-capitalistas eram punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, “o abandono” dessas tímidas e repressivas medidas da proteção no auge da Revolução Industrial lança os pobres à “servidão da liberdade sem proteção”.

“As políticas sociais e a formação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas - às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho”. (Behring; Boschetti, 2006, p: 51)

No Brasil as ações de assistência social realizadas pelo Estado, voltadas para a população em situação de pobreza, incluindo as pessoas pobres com deficiência tiveram início mais sistemático com a Legião Brasileira da Assistência– LBA, que foi criada por Darcy Vargas, à época primeira dama e esposa do ex-presidente Getúlio Vargas (1930 – 1945), a LBA foi:

A primeira grande instituição nacional de assistência social, a Legião Brasileira de Assistência, é organizada em sequência ao engajamento do país na Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo declarado será o de “prover as necessidades das famílias cujos

chefes hajam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço de guerra". Surge a partir de iniciativa de particulares logo encampada e financiada pelo governo, contando também com o patrocínio das grandes corporações patronais (Confederação Nacional da Indústria e Associação Comercial do Brasil) e o concurso das senhoras da sociedade.(Carvalho; Iamamoto, 1982, p: 265)

A LBA deu suporte às famílias dos brasileiros que foram para a guerra. Como muitos voltaram com algum membro amputado o Estado se viu na obrigação de criar uma política que abraçasse esses soldados e famílias que durante os embates adquiriram deficiências.

A LBA constitui-se então como primeira campanha assistencial a nível nacional de grande importância para a implantação e a institucionalização do Serviço Social e da rede de obras assistenciais solidificando seus princípios.

No ano de 1981 foi anunciado pelas Nações Unidas, um programa que tinha como objetivo chamar atenção para criação de planos de ação para as pessoas com deficiência chamado: Ano Internacional das Pessoas Deficientes, que dava ênfase à igualdade de oportunidades, a reabilitação e prevenção de deficiências. Esse ano resultou na criação do Programa Mundial de Ação para Pessoa com Deficiência, formulado pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Até a Constituição Federal de 1988 não existiam no Brasil políticas públicas específicas para pessoas com deficiência.

Por muito tempo no Brasil as políticas de atenção à pessoa com deficiência foram assistencialistas e excludentes, foi a partir do advento da Constituição Brasileira que se garantiram as mesmas, a melhoria de suas condições sociais e econômicas sob a égide da educação especial e gratuita.

O texto do decreto legislativo de nº186 de 9 de Julho de 2008 em seu artigo 24 §1 ressalta: "Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida". O mesmo texto também dispõe dos seguintes objetivos ressaltados na alínea do mesmo artigo: "As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação". Nesse sentido, é válido ressaltarmos que este é

um direito inviolável da pessoa com deficiência a igualdade de oportunidades sem sofrer discriminação.

Neste contexto, se inclui o direito da pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, ou seja, das pessoas público alvo da modalidade de ensino da Educação Especial, de acordo com a Secretaria de Educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC). Para efetivar o direito à educação sem discriminação para as pessoas com deficiência na escola regular, diversas ações têm sido implementadas pelo MEC. Em 2008, foi lançada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Para barrar toda discriminação, em 1989 foi aprovada a Lei de nº 7.853/89 que classifica como crime recusar, adiar ou cancelar a matrícula de um estudante por conta da deficiência, em qualquer nível de ensino ou curso, seja no âmbito público ou privado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394/96 reforça a obrigatoriedade em prover a educação, na qual sugere a melhoria da qualidade dos serviços educacionais e o preparo dos professores, de forma que compreenda e atenda a diversidade dos alunos utilizando os recursos adequados.

O Decreto Nº 6.571, De 17 De Setembro De 2008 dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.

O plano Nacional dos Direitos da Pessoa com deficiência (Plano Viver Sem Limites) prevê ações que contemplam a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), a promoção de acessibilidade arquitetônica nas escolas, a formação de professores para realização de atendimento educacional especializado (AEE) e a aquisição de ônibus escolares acessíveis, formação profissional e cursos de pedagogia com ênfase na educação bilíngue. Os gestores estaduais e municipais devem acessar o portal do Ministério da Educação para mais informações.

É dever do Estado, assegurar à criança o acesso à educação fundamental, de qualidade, gratuita, e escolas que fiquem perto de onde habitam os pais ou responsáveis. Também possuem a obrigação de matricular

seus filhos na rede regular de ensino (Lei Nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA).

Inclusive as escolas não podem recusar as matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em função disso, e sem exigir laudos médicos que comprovem sua condição no ato da matrícula. Inclusive a LBI – Lei Brasileira de Inclusão assegura: § 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

A Lei Nº 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. § 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:

III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

O Plano Nacional de Educação é outra ferramenta de empoderamento, pois a mesma oportuniza e dispõe de um sistema que orienta e determina a universalização, do acesso à educação básica e o atendimento educacional especializado, com ênfase e preferência na educação regular de ensino. Dispondo da garantia de educação inclusiva e salas de recursos multifuncionais.

E segundo as diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (Resolução nº 4/ 2009 – MEC), as escolas devem garantir as condições favoráveis ao acesso e a permanência do aluno sobre a égide do ensino Especializado onde a escola deve dispor de:

Escrita alternativa, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, dispor de pares orientados para alunos cegos. Promoção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e promoção da identidade linguística da comunidade surda; O ensino da língua portuguesa escrita para alunos com surdez; O Uso do método TADOMA que se trata de um meio de comunicação usado para pessoas

surdocegas, é um Método de Vibração do Ensino e da Fala. Atendimento educacional complementar para alunos com altas habilidades/superdotados e atividades que possibilitem o aluno com deficiência intelectual organizar seu pensamento operatório, como o desenvolvimento de competências e habilidades na comunicação, compartilhamento e flexibilidade dos alunos com transtornos globais do desenvolvimento.

Progressivamente foi se instaurando um modelo mais inclusivo de aparato a pessoas com deficiência, reconhecendo assim, mas não por completo, os direitos específicos a esse público tão desassistido. No que se refere à garantia dos mínimos sociais, é fundamental haver para atender as demandas sociais, a universalização dos direitos sociais. Deve-se, contudo oferecer nessa perspectiva, serviços e programas, assim como projetos que assegurem aos usuários a efetivação das ações de inclusão, proteção e efetivação dos direitos da pessoa com deficiência com centralidade na família e usuários. Deve estar presente a equidade e deve-se efetivar a garantia da convivência familiar e comunitária de usuários e grupos para que sejam abarcadas as mesmas que se encontrem em situação de vulnerabilidade com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento, sociabilidade, entre outros.

A Política Nacional da Pessoa com Deficiência visa assegurar plena e efetivamente o exercício dos direitos individuais, universais e sociais das pessoas com deficiência, sendo assim de suma responsabilidade dos órgãos e das entidades do Poder Público, garantir à pessoa com deficiência seus direitos básicos. Dentre eles, podemos citar o direito a: Saúde, educação, a cultura, esporte, a habitação, a assistência social, a previdência social, trabalho, lazer, entre outros direitos.

Assim, a Política de Garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência é obrigada, por intermédio do poder estatal, a suprimir de maneira eficaz as barreiras e impedimentos atitudinais, arquitetônicos a fim de proporcionar a legitimação da cidadania e do direito de ir e vir da pessoa com deficiência.

A lei nº 13.146/2015, que instituiu a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, se fundamenta na Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, conforme o procedimento do

§ 3º do art. 5º da Constituição, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. O estatuto tem o propósito de assegurar e promover o exercício de direitos e liberdades fundamentais, com vistas à inclusão social da pessoa com deficiência em condições de igualdade com os demais cidadãos.

Com esse intuito, o texto da lei ressalta em seu Art. 1º:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Parágrafo único.

CAPÍTULO I, Art. 2º Lei 13.146: É considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

CAPÍTULO II, Art. 8º Lei 13.146: É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

Como qualquer cidadão, as pessoas com deficiência têm o direito à atenção integral à saúde e contam com o respaldo da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, por meio da portaria nº 1.060, de 5 de junho de 2002 que respalda a inclusão das pessoas com deficiência em toda a rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), e tem como diretrizes: a promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência; assistência integral à saúde da pessoa com deficiência; prevenção de deficiências; ampliação e fortalecimento dos mecanismos de informação; organização e funcionamento dos serviços de atenção à pessoa com deficiência e capacitação de recursos humanos.

A assistência social tem como princípio a gratuidade da prestação e a proteção dos grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência, idosos, crianças, população prisional, enfim, toda e qualquer família que se encontra em situação de vulnerabilidade.

A política de assistência social encontra suporte legal na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS nº 8.742, de 07/12/1993) onde em seu art. 1º garante benefícios e as necessidades básicas sociais, tendo como base o princípio da universalidade. “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. (LOAS nº 8.742, art. 1º).

Os benefícios Assistenciais integram a política de assistência social e se configuram como direito do cidadão e dever do Estado. São prestados de forma articulada às seguranças afiançadas pela política de Assistência Social, por meio da inclusão dos beneficiários e de suas famílias nos serviços socioassistenciais. Os benefícios Assistenciais se dividem em duas modalidades direcionadas a públicos específicos: o Benefício de Prestação continuada da Assistência Social (BPC) e os benefícios Eventuais. Os benefícios eventuais são os auxílios em: Natalidade; vulnerabilidade; Morte e calamidades ou podem ser de ordem excepcional (catástrofes, risco à salubridade, risco geológico, desocupação de áreas com interesses ambientais, realocação, remoção ou reassentamento, situação de rua e etc.)

Que estão previstos na: Lei N.º5.165, de 04 de setembro de 2013, Decreto N.º35.191, de 21 de fevereiro de 2014 e Portaria N.º39, de 07 de julho de 2014.

Entre outras políticas setoriais, ampliando a proteção social e promovendo a superação das situações de vulnerabilidade e risco social.

Art.22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

O Benefício de Prestação Continuada é um importante mecanismo social para as pessoas com deficiência e idosos, pois com a renda mensal de um salário mínimo, o usuário pode prover o mínimo social necessário para viver com dignidade. Mas ainda assim, esse grupo social se encontra em um cenário excludente com a crescente demanda social de caráter social.

Para os efeitos da concessão do BPC, considera-se família, aquela composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, na madrasta ou padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto. Art1 (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011 e regulamentada pelo Decreto nº 7.617 de 07.11.2011)

O âmbito assistencial adotado pelas políticas sociais públicas brasileiras se remonta e se reproduz a partir de uma lógica e de uma perspectiva conservadora com a qual não rompeu afirma Sposati em a Trajetória das políticas sociais brasileiras (2008).

Conforme apresentam também as autoras Berenice Rojas Couto, Maria Carmelita Yazbek e Raquel Raichelis, a Política Nacional de Assistência Social e o Suas em sua problematização acerca do sistema:

A literatura especializada sobre políticas sociais no Brasil evidencia que historicamente as políticas se caracterizam por sua pouca efetividade social e por sua subordinação a interesses econômicos dominantes, revelando incapacidade de interferir no perfil de desigualdade e pobreza que caracteriza a sociedade brasileira. No caso da Assistência Social o quadro é ainda mais grave. Apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas. (Couto; Yazbek; Raichelis, 2012, p: 33)

Contudo, podemos concluir que o capitalismo acumula e apropria para si o resultado da riqueza socialmente produzida pela classe subalternizada, gerando o pauperismo e profundas e agudas desigualdades sociais, sendo que estas desigualdades atingem diretamente as pessoas com deficiência, conseqüentemente, corroborando para sua marginalização social, onde não são assistidas plena e efetivamente pelo Estado, pela promoção da igualdade e justiça social para que estas gozem de uma legislação específica e avançada em relação às demais.

1.2 POLÍTICAS SOCIAIS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA PARAÍBA:

A Fundação Centro Integrado de Apoio à pessoa com Deficiência (FUNAD) foi instituída pela Lei nº. 5.208, de 18 de dezembro de 1989, em conformidade com a Constituição do Estado da Paraíba, com texto promulgado em 5 de outubro de 1989 e atualizado até a Emenda Constitucional nº 18, de 9 de dezembro de 2003, trazem seu artigo 252 que “[...] é dever do Estado assegurar aos portadores³ de deficiência a plena inserção na vida econômica e social e o desenvolvimento de suas potencialidades”. A Constituição Federativa do Brasil de 1988 apresenta em seu artigo 203 a ênfase na habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Apesar de ser instituída no ano de 1989, a sua fundação só ocorreu no ano de 1991, tendo o seu primeiro atendimento no dia 24 de abril de 1991.

³O termo “portador” vale-se ressaltar não é a terminologia correta para designarmos a pessoa com deficiência, visto que devemos enfatizar que acima de tudo a pessoa à frente de sua condição, e não se porta ou se deixa de portar uma deficiência.

Essa data estabeleceu o início de uma trajetória precursora no atendimento e inclusão das pessoas com deficiência no Estado da Paraíba. A sua administração está ligada a Secretaria da Saúde e Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, onde conta com programas de assistência social, educação, saúde, lazer, esporte e cultura, que visam à integração da pessoa com deficiência na sociedade. Através desses programas é possível habilitar e reabilitar, profissionalizar e inseri-los no mercado de trabalho.

A FUNAD recebe recursos do Governo do Estado da Paraíba, como também recursos federais. No âmbito estadual também recebe apoio das Secretarias da Saúde, de Educação, do Trabalho, da Cidadania e da Justiça. Possui parcerias com a Prefeitura Municipal de João Pessoa e com outras prefeituras da Paraíba, como também com Organizações Nacionais, como a Coordenação Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE), o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE), dentre outras organizações:

O Portal da Transparência é uma iniciativa do Governo da Paraíba para garantir o acesso às informações de aplicação dos recursos públicos pelos gestores. Desde 2011, o portal reúne dados de Receita, da Despesa, dos Contratos e Convênios, além de informações de Licitações, dos Servidores, das Normas Orçamentárias e dos Demonstrativos Fiscais, será trazido abaixo dados concernentes a FUNAD, no âmbito do Estado:

Tabela 1 - quadro de detalhamento da despesa FUNAD exercício: 2007

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CONSOLIDADO POR ÓRGÃO	
1.	CONSERVAÇÃO REFORMA E ADAPTAÇÃO DE IMÓVEIS
2.	ENCARGOS COM ÁGUA, ENERGIA E TELEFONE
3.	REPAROS E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
4.	SEGUROS E TAXAS DE VEÍCULOS
5.	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
6.	ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO
7.	FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
8.	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DA FUNAD
9.	SERVIÇOS DE INFORMATIZAÇÃO
10.	CURSOS PROFISSIONALIZANTES
11.	PORTADORES DE DEFICIÊNCIA CAPACITADOS
12.	APERFEIÇOAMENTO E RECURSOS HUMANOS
13.	APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

14. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
15. FORTALECIMENTO DAS ESCOLAS ESPECIALIZADAS E DE NÚCLEOS DE APOIO PEDAGÓGICO
16. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

TOTAIS FISCAL SEGUR	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS
-	7.270.631	4.192.827
JUROS E ENC.	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS
-	2.277.104	800.700
INVERSÕES FINANC.	AMORT DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
-	-	-

Tabela 2 - quadro de detalhamento da despesa FUNAD exercício: 2011

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CONSOLIDADO POR ÓRGÃO

1. CONSERVAÇÃO REFORMA E ADAPTAÇÃO DE IMÓVEIS
2. ENCARGOS COM ÁGUA, ENERGIA E TELEFONE
3. SEGUROS E TAXAS DE IMÓVEIS
4. REPARO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
5. MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
6. SEGUROS E TAXAS DE VEÍCULOS
7. AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
8. MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
9. FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
10. SERVIÇOS DE INFORMATIZAÇÃO
11. ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO
12. CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DA FUNAD
13. CURSOS PROFISSIONALIZANTES
14. APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
15. APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
16. INSTALAÇÃO DE NÚCLEO DA FUNAD EM CAMPINA GRANDE
17. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
18. FORTALECIMENTO DE NÚCLEOS DE APOIO PEDAGÓGICO
19. CENSO ESTADUAL DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA
20. ESPORTE, CULTURA E LAZER PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA
21. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

TOTAIS FISCAL SEGUR	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS
-	9.845.000	6.398.000

JUROS E ENC.	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTI MENTOS
-	2.330.000	1.117.000
INVERSÕES FINANC.	AMORT DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
-	-	-

Tabela 3 - quadro de detalhamento da despesa FUNAD exercício: 2015

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CONSOLIDADO POR ÓRGÃO:

1. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
2. INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
3. CONSERVAÇÃO REFORMA E ADAPTAÇÃO DE IMÓVEIS
4. ENCARGOS COM ÁGUA, ENERGIA E TELEFONE
5. REPAROS E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
6. SEGUROS E TAXAS DE VEÍCULOS
7. AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
8. MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
9. ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO
10. FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
11. SERVIÇOS DE INFORMATIZAÇÃO
12. VALE E AUXÍLIO TRANSPORTE
13. CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DA FUNAD
14. ESPORTE, CULTURA E LAZER PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA
15. CENSO ESTADUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
16. MANUTENÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO EM LIBRAS E BRAILLE
17. IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA OFICINA DE ÓRTESE E PRÓTESE NA FUNAD
18. CONFEÇÃO DE CARTEIRAS - PASSE LIVRE INTERMUNICIPAL
19. CURSOS PROFISSIONALIZANTES
20. APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
21. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
22. APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

VALOR TOTAL DE DESPESA: 645.250

Através de dados obtidos no site Transparência do Estado da Paraíba⁴ acerca dos quadros de detalhamentos de despesas anuais da FUNAD, estão adaptados e categorizados por descrição de atividades

⁴Disponível em: <http://transparencia.pb.gov.br/> Acesso em: 08 set, 2019

realizadas os exercícios dos anos de 2007, 2011 e 2015. Podemos observar que no ano de 2007 os encargos foram menores em relação ao ano de 2011 em que aumentaram, porém, no ano de 2015 podemos analisar que houve uma queda de investimentos de recursos do Estado em relação às demandas da Fundação.

Os investimentos não se mantiveram constantes, porém podemos ter uma breve noção sobre para quais objetivos esses recursos são alocados, já que eles não se repetem, ou seja, são variáveis à medida que investimentos são implementados em áreas diversas para o atendimento das pessoas com deficiência na instituição.

Ao analisarmos a realidade estadual, na Paraíba, a FUNAD realiza um trabalho que engloba várias políticas sociais, como a saúde, a assistência e a educação. Como qualquer cidadão, as pessoas com deficiência têm o direito à atenção integral à saúde e contam com o respaldo da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, por meio da portaria nº 1.060, de 5 de junho de 2002, a qual defende a inclusão das pessoas com deficiência em toda a rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), e tem como diretrizes:

“A promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência; assistência integral à saúde da pessoa com deficiência; prevenção de deficiências; ampliação e fortalecimento dos mecanismos de informação; organização e funcionamento dos serviços de atenção à pessoa com deficiência e capacitação de recursos humanos”.
(Ministério da Saúde: Secretaria de Atenção à Saúde, 2008, p: 29)

A Fundação realiza um trabalho multidisciplinar, e o seu corpo técnico é composto por mais de 400 profissionais que são fisioterapeutas, médicos, psicólogos, assistentes sociais, advogados, educadores culturais, nutricionistas, pedagogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicopedagogos, entre outros que atendem a mais de 5000 usuários mensalmente.

A FUNAD é uma Instituição do Governo do Estado da Paraíba, com vínculo à Secretaria de Educação do Estado. A instituição é referência em todo o estado da Paraíba, no serviço de habilitação e reabilitação nas quatro áreas da deficiência – CER IV (física, intelectual, visual e auditiva). As pessoas com deficiência são atendidas por uma equipe multidisciplinar, que promovem uma

melhor qualidade de vida, bem estar social e cidadania para os seus usuários. Ao longo do tempo a FUNAD vem implementando políticas, programas e serviços nas áreas da saúde, inclusão social e educação, voltados para as pessoas com deficiência.

O atendimento é destinado às pessoas de todas as idades com deficiência temporária ou permanente: visual, auditiva, intelectual, física, múltipla, acidentados do trânsito, do trabalho, pessoas com transtorno global do desenvolvimento (TGD), transtorno do espectro do autismo (TEA) e pessoas com altas habilidades/superdotação.

Para acessar os serviços da FUNAD é necessário que o(a) cidadão(a) se dirija a Coordenação de Triagem e Diagnóstico (CORDI), munido dos seus documentos, e do seu responsável, caso necessário. Os documentos exigidos são as cópias da carteira de identidade (RG), CPF (Cadastro de Pessoas Físicas), cartão do SUS, comprovante de residência e foto 3x4. Na triagem as pessoas com deficiência são atendidas por uma equipe multidisciplinar que os encaminham para os serviços da Instituição ou para a rede de atendimento, é importante ressaltar que não há restrições socioeconômicas para o acesso aos serviços oferecidos pela instituição, desde que o requerente ou responsável pelo mesmo esteja munido de toda documentação citada acima. Inclusive a FUNAD é referência no atendimento às pessoas de outros Estados do nordeste.

Como já foi mencionado, a instituição realiza um trabalho que engloba várias políticas sociais, como a saúde, a assistência, a educação e a previdência social. Os serviços são divididos em coordenadorias e núcleos, onde cada usuário é direcionado conforme a especificidade da deficiência. A Fundação é composta pela Coordenadoria de Triagem e Diagnóstico (CORDI), Coordenadoria de Atendimento à Pessoa com Deficiência Física (CODAFI), Coordenadoria de Atendimento à Pessoa com Deficiência Auditiva (CODAPA), Coordenadoria de Atendimento à Pessoa com Deficiência Visual (CODAVI), Coordenadoria de Atendimento à Pessoa com Deficiência Intelectual (CODAM/SERI), Serviço Especializado de Reabilitação Intelectual (SERI), Coordenação de Educação Integrada (CODEI/SERI), Coordenadoria de Treinamento, Produção e Ensino Profissionalizante (CORPU), Núcleo de Vivência e Artes (NVA), Núcleo de Educação Física e Desporto (NED), Núcleo

de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAHS), Assessoria de Educação Especial (AEE), Escola Estadual de Educação Especial Ana Paula Ribeiro Barbosa Lira e etc.

Além da FUNAD, que fica localizada em João Pessoa, alguns municípios também desenvolvem programas e serviços de apoio à pessoa com deficiência. As cidades que contam com o Centro Especializado em Reabilitação Tipo IV- CER IV são: João Pessoa (FUNAD), Campina Grande e Sousa. Nesses centros especializados em CER IV são oferecidos serviços de diagnóstico e reabilitação nas áreas de deficiência física, intelectual, visual e auditiva. Na cidade de Sousa, que fica no sertão do estado, a 438 quilômetros da capital, são oferecidos os mesmos serviços que a FUNAD em João Pessoa, o que possibilita que os usuários tenham acesso aos serviços e programas de maneira descentralizada.

O Decreto Nº 7.612, De 17 De Novembro De 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.

Pretende-se de tal modo, ofertar dentro da Rede de Cuidados à Pessoa com deficiência, serviços de reabilitação com integração e articulação nos mais diversificados pontos de atenção no intuito de atender demandas de deficiências de ordem permanente ou temporária, estável ou regressiva; intermitente e contínua, auditiva, física, intelectual ou visual.

Art. 1º: Fica instituído o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, com a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com status de emenda constitucional, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Parágrafo único. O Plano Viver sem Limite será executado pela União em colaboração com Estados, Distrito Federal, Municípios, e com a sociedade.

Art. 2º: São consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua

participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Algumas outras cidades foram habilitadas pelo Ministério da Saúde, para os diversos serviços de reabilitação, o “Plano Viver Sem Limites” foi implantado nas cidades de Catolé do Rocha, Piancó, Campina Grande, João Pessoa, Conde, Monteiro e Patos. Todos são de gestão de cada município e têm autonomia na parte diagnóstica e de reabilitação. Esse plano foi implantado com a finalidade de desenvolver ações que englobem: O desenvolvimento de ações que viabilizem a atenção à saúde, educação, acessibilidade e inclusão social da pessoa com deficiência.

Apesar desses centros, a FUNAD continua como referência no atendimento da pessoa com deficiência e atende ao público dos 223 municípios do Estado da Paraíba.

No Estado da Paraíba podemos contar também com os seguintes aparatos legais específicos para as pessoas com deficiência e que se configuram como grandes avanços no âmbito legal:

A Lei nº 7.529 de 14 de Abril de 2004. Art. 1º Fica estabelecida a gratuidade nos transportes coletivos públicos intermunicipais, para as pessoas com deficiência, em conformidade com o disposto no art. 252, inciso VII, da Constituição Estadual.

O Decreto nº 26.279 de 23 de setembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 7.529, de 14 de abril de 2004, que estabelece normas sobre a concessão de Passe Livre as pessoas com deficiência, nos transportes intermunicipais, e dá outras providências.

O Decreto legislativo nº 186, de 2008. Ementa: Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

O Decreto 6949/09 | Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

A Lei nº 7.853, De 24 de outubro de 1989 (Apoio às pessoas com deficiência). Esta lei estabelece normas gerais para assegurar os direitos das pessoas com deficiência, e sua efetiva integração social. Garantir às pessoas

com deficiência as ações governamentais necessárias o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade.

A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência. O artigo foi vetado e reformulado, a empresa não tem mais obrigação de contratar pessoas com deficiência, isso só serve para reforçar a violência e exclusão para com as pessoas com deficiência, apenas.

A Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994. Concede passe livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

A Lei nº. 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

A Lei nº. 10.754, de 31 de outubro de 2003. Mensagem de veto: Altera a Lei no 8.989, de 24 de fevereiro de 1995 que "dispõe sobre a isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas com deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências".

A Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005. Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

A Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005. Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa com deficiência.

A Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A Portaria nº 835, de 25 de abril de 2012. Institui incentivos financeiros de investimento e de custeio para o Componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Durante muito tempo a pessoa com deficiência também foi vítima de segregação e na área da educação não foi diferente:

A educação, organizada sob a forma de política pública, se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também condição importante nos processos de produção de uma consciência própria, autônoma, por parte desta própria classe e de suas frações. Um território disputado pelas classes sociais fundamentais, cujas lutas se expressam em diferentes contornos e processos que a política educacional assumiu ao longo da história. Deste modo, compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais intestinas, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira. (CFESS, 2001, p: 12)

Toda criança/adolescente em idade escolar tem direito à escola. Toda criança/adolescente com alguma deficiência tem direito ao Atendimento Educacional Especializado (sala de recurso), onde possam desenvolver suas potencialidades no contraturno. Essa ferramenta é de grande importância para a inclusão da pessoa com deficiência e os responsáveis devem fazer valer o direito que foi garantido constitucionalmente e cobrar ações que incluam a pessoa com deficiência não só na educação, mas em todos os âmbitos sociais:

A permanência da população na educação escolarizada, tal qual a garantia do acesso, depende sobremaneira dos programas que são desenvolvidos nos estabelecimentos educacionais e que, em grande parte, dependem da dinâmica de cada nível ou modalidade educacional. Ainda considerando as particularidades dos níveis e modalidades da educação na educação infantil, na educação especial, no ensino fundamental e na educação de jovens e adultos, é possível observar que as respostas apontam para procedimentos que se localizam no circuito “escola/família/instituições garantidoras de direitos”. Prevaecem ações profissionais em torno da identificação das condições de vulnerabilidade social, da realização de estudos socioeconômicos e da mobilização das instâncias, que visem assegurar a permanência na educação escolarizada por meio de medidas judiciais. Nos demais níveis e modalidades, em função da consolidação de políticas de assistência estudantil, as ações profissionais, ainda que mobilizem processos investigativos da mesma natureza, se apoiam em outras atividades previstas na operacionalização dos programas institucionais, com nítidas preocupações com questões mais vinculadas à formação cultural e à vida escolar dos/as estudantes. (CFESS, 2001, p: 43)

Como destaca a cartilha do CFESS, acerca dos Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação, 2001, a participação, neste caso, de todos os sujeitos envolvidos com o processo educacional é o ponto central para

a garantia da qualidade da educação. Destaca-se também a atuação juntos às instâncias de controle social e às lutas sociais.

2. AS CONTRARREFORMAS DO ESTADO: PROJEÇÕES DE UMA POSSÍVEL REFORMA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

Rose Serra, diante do contexto de transformações que se observam no capitalismo contemporâneo, principalmente na particularidade do âmbito dos processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e das políticas sociais no geral, traz definições acerca do contexto em que o Estado acentua suas insuficiências e precariedades mediante a subordinação da economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora e o impacto dessa conjuntura na vida das classes subalternas, que cada vez mais, são excluídas e desprovidas de quase nenhuma proteção social. Em sua obra a crise de materialidade no Serviço Social como define, ela traz as seguintes menções em seu texto:

[...] o projeto de reforma do Estado atende ao pressuposto de constituição de um novo Estado para a era neoliberal. As análises que vêm sendo realizadas por entidades da sociedade civil reconhecem que o Estado brasileiro está atingido por uma crise fiscal de grande monta, no entanto as razões para essa crise não advêm superdimensionamento do Estado, como quer a explicação neoliberal, mas são decorrentes de outros fatores de amplo conhecimento oficial, como renúncia fiscal a sonegação sistemática de tributos, a corrupção generalizada que desvia parte dos fundos públicos. O que a criação de organizações sociais intenciona é abrir “novos mercados privados em setores que atualmente desenvolvem funções sociais e de responsabilidade do Estado. (Muniz et Alii, 1996: 26-27 apud Serra, 2010, p: 115)

Em seguida, ela justifica como mencionado acima, que um dos agentes de mudança do aparelho estatal é decorrente de sua desobrigação institucional via construção de um Estado Mínimo de direito:

Daí que a falência do Estado, vista sob a ótica desses fatores arrolados anteriormente, pode ser uma falácia; talvez a questão não seja ausência de recursos, mas sim a destinação dos mesmos. Portanto, a desobrigação do Estado pela via da alteração da estrutura institucional nada mais representa do que adequar a forma aos objetivos e metas dos ajustes dos países periféricos ao figurino determinado pelo congresso de Washington, que impôs a

desobrigação social ao Estado ao definir as bases de mudança da Seguridade Social, da qual decorre a privatização crescente dos setores prestadores de serviços de saúde e previdência, deixando a assistência por conta da benemerência da sociedade civil. (Serra, 2010, p: 115)

A autora introduz no texto, a localização de novos conceitos e abordagens acerca dos aspectos sobre a anatomia do Estado Mínimo de direito mencionando os seguintes pontos:

- 1) Reforço da seletividade e focalização em atendimento a setores mais vulneráveis e especialmente localizados;
- 2) Combinação de programas universais e seletivos, rejeitando-se a oposição universalismo versus seletividade e centrando-se no caráter de complementariedade entre a dimensão desses programas entre si;
- 3) Programas de renda mínima - as transferências monetárias para famílias carentes acopladas a rendimentos escolares ou saúde dos filhos menores;
- 4) Parceria público/privado no sentido de estimular a ampliação dos setores privados e organizações não governamentais na oferta de serviços sociais;
- 5) Ampliação de programas do tipo produtivo, tendo em vista contribuir para o reforço da capacidade e produtividade dos segmentos pobres na geração de renda;

Dessa forma, a contrarreforma da Previdência Social se configura como uma ameaça bárbara no que diz respeito à garantia dos direitos previdenciários dos trabalhadores. É sabido que na proposta da reforma da Previdência, fala-se sobre um déficit, mas que déficit é esse? Primeiramente, é necessário desconstruir esse argumento do governo para justificar o desmonte da política previdenciária adentrando um pouco mais na história da Previdência Social no Brasil.

A Previdência Social no Brasil possui mais de 100 anos de história. A primeira legislação pertinente ao tema é datada de 1888, quando foi regulamentado o direito a aposentadoria para empregados dos Correios.

Considerado como o início da Previdência Social propriamente dita no país, a Lei Elói Chaves (Decreto nº 4.682) de 1923, criou a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) para empregados de empresas ferroviárias,

estabelecendo assistência médica, aposentadoria e pensões, válidas inclusive para seus familiares. Gradativamente os setores mais importantes da economia da época foram sendo contemplados.

Na década de 1930, através da promulgação de diversas normas, os benefícios sociais foram sendo implementados para a maioria das categorias de trabalhadores dos setores público e privado. Foram criados também, seis institutos de previdência, responsáveis pela gestão e execução da seguridade social brasileira.

Em 1960, foi criada a Lei Orgânica de Previdência Social (LOPS), unificando a legislação referente aos institutos de aposentadorias e pensões. A esta altura, a Previdência Social já beneficiava todos os trabalhadores urbanos. Os trabalhadores rurais passariam a ser contemplados em 1963.

Em 1966, com a alteração de dispositivos da Lei Orgânica da Previdência Social, foram instituídos o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS, uma indenização para o trabalhador demitido que também poderia ser usada para quem quisesse comprar sua casa própria, e o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS que reuniu seis institutos de aposentadorias e pensões existentes.

O FGTS foi concebido em 1966 pelo ministro do Planejamento do governo do marechal Castello Branco, Roberto Campos. O objetivo era duplo: facilitar a demissão de trabalhadores e financiar a construção de imóveis. Para criar o fundo, foi necessário tornar letra morta dois artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): o que previa ao funcionário indenização de um mês de salário por ano trabalhado, em caso de demissão imotivada, e o que assegurava estabilidade no emprego ao trabalhador do setor privado que completasse dez anos na mesma empresa. (Agência Senado)⁵

Em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, até então, o tema ficava sob o comando do Ministério do Trabalho e Emprego (na época chamado Ministério do Trabalho e Previdência Social).

A extensão dos benefícios da Previdência a todos os trabalhadores se dá com a Constituição de 1988, que passou a garantir a renda mensal vitalícia

⁵ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/05/em-1967-fgts-substituiu-estabilidade-no-emprego> Acesso em: 08 set, 2019

a idosos e pessoas com deficiência, desde que comprovada a baixa renda e que tenham qualidade de segurado.⁶

Em 1990, o INPS mudou de nome, passando a ser chamado de Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Em dezembro de 1998, o governo mudou as regras da Previdência passando a exigir uma idade mínima para a aposentadoria, que, no caso das mulheres é de 55 anos e do homem 60 anos. Anteriormente, a aposentadoria valia para quem contribuísse por 25 a 30 anos, no caso das mulheres, e 30 a 35 anos, no caso dos homens, sem limite mínimo de idade. Hoje se configura da seguinte forma: Homem: 65 anos de idade e mulher com 60 anos de idade com tempos de contribuição para ambos de 15 anos minimamente, se a proposta da reforma da previdência (Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019 de autoria da câmara dos deputados) for aprovada o homem continuará com a idade mínima de 65 anos e a da mulher aumenta para 62 anos tendo um tempo mínimo de contribuição para ambos de 20 anos.

De acordo com o Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS, podemos ter acesso a dados públicos referente à Previdência Social e INSS. Apresenta remoso número de benefícios concedidos no mês de junho de 2019, as pessoas com deficiência, de acordo com o anuário estatístico: O número total é de 9.029 benefícios de ordem assistencial equivalendo a 2,26% de todo o grupo que inclui desde benefícios previdenciários a acidentários e por diante, podemos analisar que é uma pequena projeção visto que o Brasil é um país onde habitam milhares de pessoas com deficiência, registrou-se que quase 46 milhões de brasileiros, cerca de 24% da população, declarou ter algum grau de dificuldade física, visual, auditiva e intelectual de acordo com os dados do censo do ano de 2010 feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Esse número mínimo de benefícios concedidos faz-nos refletir acerca do acesso aos mesmos, o que falta? Informação? Acesso? São os critérios seletivos e excludentes? O que podemos pensar sobre esses dados na íntegra?

⁶ É a condição atribuída a todo cidadão filiado ao INSS que possua uma inscrição e faça pagamentos mensais a título de Previdência Social. (Fonte: INSS)

01 GRANDES NÚMEROS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

FLUXO DE CAIXA DO RGPS - 2019/2019 - (EM R\$ MIL)			
DISCRIMINAÇÃO	JUNHO/2019	ACUMULADO EM 2019	ACUMULADO EM 12 MESES
Arrecadação Própria	30.313.697	186.633.587	387.903.030
(+) Arrecadação Simples	3.554.404	21.156.019	44.473.587
(+) Outras Arrecadações	806.275	1.589.724	2.866.040
(=) Arrecadação Bruta	34.674.376	209.379.330	435.242.656
(-) Ressarcimentos e Restituições	3.757	47.167	106.088
(-) Recolhimentos de Outras Entidades	1.912.699	14.645.843	30.896.755
(=) Arrecadação Líquida	32.757.920	194.686.320	404.239.813
Benefícios Previdenciários	48.062.975	290.696.031	606.936.053
(-) Benefícios Devolvidos	-319.128	-1.007.894	-3.578.952
(=) Total de Benefícios	47.743.847	289.688.138	603.357.101
Saldo Previdenciário (Arrec. Líq. - Benef. Prev.)	-14.985.927	-95.001.818	-199.117.288

FONTE: Divisão de Programação Financeira do INSS.

PARTICIPAÇÃO DA ARRECADAÇÃO LÍQUIDA E DA DESPESA COM BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NO PIB - 2018				
PIB (R\$ MILHÃO) (1)	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (R\$ MIL)	% NO PIB	BENEFÍCIOS DO RGPS (R\$ MIL)	% NO PIB
6.827.586	391.181.797	5,73	586.378.752	8,59

FONTES: INSS, Suíbe e Síntese-web

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS					BENEFÍCIOS EMITIDOS	
Clientela	Acumulado em 2018		junho/2019		junho/2019	
	Quantidade	Valor (R\$ Mil)	Quantidade	Valor (R\$ Mil)	Quantidade	Valor (R\$ Mil)
Total	5.123.777	7.062.463	399.153	586.296	35.173.246	45.083.828
Urbana	4.268.557	6.246.594	341.144	528.475	25.618.282	36.513.222
Rural	855.220	815.869	58.009	57.821	9.554.964	8.570.606

FONTES: INSS, Suíbe e Síntese-web

OUTRAS INFORMAÇÕES DE BENEFÍCIOS					TEMPO MÉDIO DE CONCESSÃO	
maio/2019			junho/2019		(EM DIAS)	
Benefícios Cessados		Benefícios Suspensos	Requerimentos		maio/2019	junho/2019
Quantidade	Valor (R\$ Mil)		Requeridos	Indeferidos		
445.796	602.511	95.226	746.216	309.605	65	73

DADOS POPULACIONAIS - 2017	
DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
População Residente	207.087.567
Urbana	177.637.260
Rural	29.450.307
População Economicamente Ativa	104.565.968
Ocupada	91.449.227
Desocupada	13.116.741
População Não Economicamente Ativa	63.637.821
População Ocupada Segundo Posição no Trabalho Principal:	
Total	91.449.225
Empregados	55.656.436
Com carteira de trabalho assinada	33.195.277
Funcionários públicos estatutários e militares	7.734.652
Outros e sem declaração	11.122.510
Trabalhador Doméstico	6.207.974
Com carteira de trabalho assinada	1.869.172
Sem carteira de trabalho assinada e sem declaração	4.338.802
Conta Própria	23.105.398
Empregador	4.232.482
Trabalhador familiar auxiliar	2.246.935
Contribuintes para instituto de previdência em qualquer trabalho	58.158.490

FONTE: PNAD/CONTINUA - 4º TRIM 2017.

QUANTIDADE DE CONTRIBUINTES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL ⁽²⁾ - 2017	
TOTAL	51.138.581
Empregados	39.051.846
Contribuinte Individual	9.408.057
Trabalhador Doméstico	1.466.080
Facultativo	1.210.495
Segurado Especial	2.103

FONTES: INSS, Suíbe e Síntese-web FONTE: SPREV, AEPS (1) PIB corrente a preço de mercado, dado preliminar de 2018, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2) Corresponde ao número médio mensal de contribuintes, ou seja, à soma do número de meses com contribuição para cada trabalhador, dividido por 12/junho de 2019.

2.1 O MITO DO DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA: AFINAL, A PREVIDÊNCIA É DEFICITÁRIA OU SUPERAVITÁRIA?

O que vemos todos os dias na mídia⁷ é que há um déficit na Previdência Social, o que comumente chamam de “rombo” para soar de forma mais

⁷Em uma rápida pesquisa, podemos encontrar inúmeras matérias que afirmam a existência do déficit na Previdência Social, por exemplo:

Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-06/deficit-na-previdencia-atinge-r-80-bilhoes-em-5-meses-diz-governo>> Acesso em 08 set, 2019

impactante e convencer a população de que é pensando nela que está sendo proposta mais uma reforma, melhor dizendo, mais um ataque não apenas a Previdência, mas a Seguridade Social como um todo (Saúde, Assistência Social e Previdência).

O financiamento da Seguridade Social não está sendo feito de acordo com o que determina a Constituição onde a sociedade em geral, as empresas e o Governo, através de diversos impostos, deve compor o modelo tripartite do financiamento. Em diversas matérias, apenas os financiamentos decorrentes das folhas de pagamento dos trabalhadores são apresentados, por isso os números deturpados afirmam a existência do déficit omitindo outras formas de contribuições e as desonerações e renúncias fiscais que o governo realiza⁸ e contribui de fato para que o orçamento da Seguridade seja reduzido, mas que ainda não a deixa com o déficit divulgado.

A alocação dos recursos destinados às políticas sociais de forma global e especificando a Seguridade Social nos revela que essa tendência tende a ser “pró-cíclica e regressiva” (Soares, 2000), ela permite apenas a existência de mecanismos compensatórios que não alteram o cerne estrutural da desigualdade social. Com poucos investimentos, as políticas sociais sofrem de um fenômeno chamado por Soares (2000) de ritualização dos Ministérios da área social, impossibilitados de implementar políticas universais:

O orçamento da Seguridade Social assim como das demais políticas sociais não pode ser compreendido sem referência a estruturação da Carga Tributária brasileira e de seu significado no âmbito da política macroeconômica. Essa modalidade de política fiscal foi iniciada durante o governo Fernando Henrique Cardoso e mantida durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva sendo orientada pelas recomendações estabelecidas como fundo monetário internacional (FMI) a partir do ano de 1998 como indica: (Teixeira, 2006 apud Behring; Boschetti, 2009, p: 164)

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/entenda-por-que-previdencia-brasileira-tem-deficit-23570841> Acesso em 08 set, 2019

Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/2019/01/previdencia-social-teve-deficit-de-r-1952-bilhoes-em-2018/> Acesso em 08 set, 2019

⁸ E também perdão de dívidas:

Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2017/08/governo-ja-perdoou-r-27-bilhoes-de-bancos-privados-em-2017/> Acesso em 24 set, 2019

Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/01/21/temer-perdoou-r-474-bi-de-dividas-de-empresas-maior-anistia-em-10-anos.htm> Acesso em 24 set, 2019

Os recursos destinados a essas políticas permanecem extremamente centralizados e concentrados, isso contraria a orientação constitucional da descentralização, no entanto temos uma carga tributária regressiva de modo em que os impostos e as contribuições acabam incidindo sobre os trabalhadores e exonerando os que possuem grandes fortunas e rendimentos. Essa tributação não promove redistribuição de renda e riqueza, ou seja, nós temos uma elevada Carga Tributária sobre o consumo.

O aumento da arrecadação tributária não fez com que os recursos para as políticas sociais e os recursos da Seguridade Social aumentassem. Eles são apropriados anualmente pelo governo federal por meio da desvinculação das receitas da União (DRU) visando assim à composição do superávit primário e pagamento de juros dessa dívida.

A desvinculação das receitas da União (DRU) tira 30% da Seguridade Social para dívida pública, dessa forma, esses recursos poderiam contribuir para ampliar o sistema de Seguridade Social, mas eles são utilizados como mecanismos da política fiscal para gerar um superávit, essa apropriação indevida vem gerando déficits que não existem na Previdência e beneficiando diretamente o capital financeiro internacional.

No quadro abaixo podemos visualizar as receitas da Seguridade Social com a DRU e sem a DRU:

Receitas da Seguridade Social: Desvio da DRU em R\$ bilhões a preços de 2004⁹

ANOS	RECEITA ANTES DA DRU	RECEITA DEPOIS DA DRU	DRU
2002	211,71	201,38	10,3
2003	212,64	205,47	7,2
2004	266,35	238,62	27,7
TOTAL	690,70	645,47	45,2

⁹O IPEA usou para deflacionar os dados correntes de 2002 e 2003, em dados de 2004, o deflator do PIB segundo hipótese do substitutivo do relator do orçamento da Câmara dos Deputados, o mesmo usado para PL nº 31/2003. O estimado seria 16,85% para 2003 e 5,91% para 2004. Os valores de 2004 foram deflacionados pelo INPC acumulado no ano de 2004 (6,13%). Apud Behring e Boschetti, 2009, p: 167.

Fonte: Boletins de Políticas Sociais do IPEA, n.8, 9 e 10. Apud Boschetti e Salvador, 2006: 51. Apud Behring e Boschetti, 2009, p: 167.

No período de 2002 a 2004, foram desviados do Orçamento da Seguridade Social R\$45,2 bilhões que deveriam ser utilizados para as políticas de previdência, saúde e assistência social e poderiam ampliar os direitos relativos a essas políticas sociais.

No final dos anos 1990 uma crise fiscal assolou o país, dessa forma a DRU foi criada para tirar da Seguridade Social recursos para pagar as dívidas externas do governo, assim um dos maiores vilões do orçamento da Seguridade Social e das contas públicas de modo geral é o mecanismo do superávit primário. Segundo Behring e Boschetti:

A Seguridade Social brasileira, apesar dos princípios constitucionais apontados anteriormente, ainda tem caráter regressivo, quando se observam as fontes de financiamento, ou quando se identifica “quem paga a conta”. Seguindo os princípios de diversidade das bases de financiamento, o artigo 195 da Constituição Federal definiu que os recursos da seguridade social devem ser provenientes de três fontes: 1) um orçamento da União, Estados e Distrito Federal; 2) contribuições sociais; 3) receita de concursos de prognósticos. As contribuições sociais por sua vez subdividem-se em duas: a) do empregador sobre a folha de salário, a receita e o faturamento e lucro; e b) a do trabalhador e demais segurados. (Behring; Boschetti, 2009, p: 172).

Essas tendências persistentes caracterizam a existência de um processo crescente de estagnação e perda do financiamento da política social brasileira, segundo Behring e Boschetti, 2009:

Segundo Oliveira 1998, o fundo público sofre pressões e funciona como um elemento fundamental para a reprodução do capital e também para a reprodução da força de trabalho, ou seja, existe uma atenção desigual pela repartição do financiamento público. Dessa forma, o fundo público reflete as disputas existentes na sociedade de classes em que a mobilização dos trabalhadores busca garantir o uso da verba pública para o financiamento de suas necessidades, expressas em políticas públicas. Já o capital, com sua força hegemônica, consegue assegurar a participação do Estado em sua reprodução por meio de políticas de subsídios econômicos, de participação do mercado no mercado financeiro, com destaque para a rolagem da dívida pública. (Behring; Boschetti, 2009, p: 174).

Dessa forma, podemos visualizar e concluir que entre o fundo público e as políticas sociais há um grande abismo em detrimento da desvinculação de

recursos que deveriam ser encaminhados a devida finalidade, assim, padecemos em uma história de subordinação e submissão política e econômica no que diz respeito à seguridade social brasileira, em que os mecanismos de financiamento e suporte da seguridade social, são desviados para alimentar os rentistas que sugam dos juros e dividendos da dívida pública, para financiar e manter o capital financeiro internacional.

2.2 A APOSENTADORIA PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ATUALMENTE:

A aposentadoria da Pessoa com Deficiência, atualmente, está prevista pela Lei Complementar Nº: 142/2013 De 8 De Maio De 2013. Os três tipos de aposentadoria por tempo de contribuição que dependem dos graus de deficiência são:

Art. 3º É assegurada a concessão de aposentadoria pelo RGPS - Regime Geral de Previdência Social ao segurado com deficiência, observadas as seguintes condições:

I - aos 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 (vinte) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave;

II - aos 29 (vinte e nove) anos de tempo de contribuição, se homem, e 24 (vinte e quatro) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada;

III - aos 33 (trinta e três) anos de tempo de contribuição, se homem, e 28 (vinte e oito) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve;

A aposentadoria por tempo de idade da pessoa com deficiência:

IV - aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

Sobre a PEC/6 de 2019: a aposentadoria das pessoas com deficiência sobre a égide do projeto de emenda constitucional do governo:

Art. 27. Até que entre em vigor a nova lei complementar a que se refere o § 7º do art. 201 da Constituição, as aposentadorias garantidas aos segurados com deficiência previamente submetidos à avaliação biopsicossocial realizada

por equipe multiprofissional e interdisciplinar serão concedidas com valor de cem por cento da média aritmética (A média aritmética se baseia nas contribuições que foram feitas pelo contribuinte): a que se refere o art. 29, quando cumpridos:

I - trinta e cinco anos de contribuição, para a deficiência considerada leve;

II - vinte e cinco anos de contribuição, para a deficiência considerada moderada; e

III - vinte anos de contribuição, para a deficiência considerada grave.

Parágrafo único. Na hipótese de o segurado se tornar pessoa com deficiência ou tiver seu grau de deficiência alterado após a vinculação ao Regime Geral de Previdência Social, os tempos de contribuição mencionados neste artigo serão proporcionalmente ajustados, considerado o número de anos em que exercer atividade laboral sem deficiência e com deficiência e observado o grau de deficiência correspondente.

Primeiras grandes mudanças na aposentadoria para as pessoas com deficiência:

Para o homem bastaria que ele tivesse 33 anos de contribuição (deficiência leve) e a mulher 28 anos, e agora ambos têm que ter 35 anos de contribuição, retira-se a variável de gênero.

Para pessoas com deficiência moderada 29 anos de contribuição, se homem, e 24 anos se mulher. A proposta de reforma unificará o tempo, tanto para o homem quanto para a mulher teremos um tempo de contribuição de 25 anos. Para a deficiência considerada grave o homem tem que ter 25 anos de contribuição e a mulher 20 anos de contribuição

Não existe mais a possibilidade da pessoa com deficiência se aposentar apenas pelo critério de idade. Essas propostas lidas no Art. 27 são regras de transição, o governo está retirando direitos que estão previstas na constituição e encaminhando para a lei complementar que será editada futuramente, mas qual o objetivo dessa artimanha? É mais fácil fazer mudanças em uma lei complementar que exigem um quórum menor, ou seja, um número mínimo de representantes da lei para deliberar as decisões que são tomadas, do que fazer as alterações na constituição, pois quando esta é feita exige-se um quórum maior, ou seja, a maioria parlamentar.

Art. 27 Parágrafo único. Na hipótese de o segurado se tornar pessoa com deficiência ou tiver seu grau de deficiência alterado após a vinculação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, os tempos de contribuição mencionados neste artigo serão proporcionalmente ajustados, considerado o número de anos em que exercer atividade laboral sem deficiência e com deficiência e observado o grau de deficiência correspondente.

Ou seja, se a pessoa se tornou pessoa com deficiência durante esse período de contribuição no RGPS esse tempo será considerado proporcionalmente de acordo com o grau de deficiência. Devemos observar que todas essas regras são para as pessoas com deficiência vinculadas ao RGPS.

Servidores público com deficiência: como é hoje a aposentadoria e como ficará com a possível reforma:

A constituição remetia a aposentadoria do servidor público com deficiência para uma lei complementar que até hoje não foi editada, então para esses servidores públicos hoje ou eles se aposentam por invalidez ou tem que judicializar o caso para que lhe seja aplicada essa lei complementar que rege a aposentadoria da pessoa com deficiência vinculada ao RGPS e agora na proposta a aposentadoria do servidor público com deficiência está prevista no:

Art. 7º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas na lei complementar a que se refere o § 1º do art. 40 da Constituição, o servidor público com deficiência, previamente submetido à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de promulgação desta Emenda à Constituição, poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - para a deficiência:

- a) considerada leve, trinta e cinco anos de contribuição;
- b) considerada moderada, vinte e cinco anos de contribuição; e
- c) considerada grave, vinte anos de contribuição; (Mesmo tempo exigido que o para a pessoa com deficiência regida pelo RGPS, só que além desse critério é exigido também):


II - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

III - cinco anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria.

Então se o servidor público se tornou pessoa com deficiência ou se ele teve o seu grau de deficiência alterado depois que ele se vinculou ao RPPS (Regime Próprio de Previdência Social (ele terá em tempo de serviço do § 1.º considerados proporcionalmente).

Sobre o BPC (benefício de prestação continuada) para as pessoas com deficiência:

As pessoas com deficiência continuam com os mesmos requisitos sem limite de idade e o valor continua sendo o de um salário mínimo que por decisão popular e dos deputados permaneceu o mesmo:

Benefícios Assistenciais (BPC)	
Pago aos segurados em condição de miserabilidade**	
BPC Deficientes	BPC Idosos (Hoje)
Renda mensal de 1 Salário Mínimo, sem limite de idade. Mesma regra.	Em condição de miserabilidade
	A partir dos 65 1 Salário Mínimo
BPC com renda antecipada (fásico)	
Renda mensal que evoluirá ao longo das idades	
A partir dos 60 anos	R\$ 400,00
A partir dos 70 anos	1 Salário Mínimo
*Focalização da política do Abono PIS/PASEP com a redução da renda elegível de 2 SM para 1 SM	
**Condição de Miserabilidade (cumulativamente): Renda Mensal per capita inferior a ¼ do Salário Mínimo Patrimônio inferior a R\$ 98.000 (Faixa I Minha Casa Minha Vida) – Novo critério	
	

Fonte: Governo Federal (2019)

O BPC está previsto na Constituição Federal (1988), há um texto da proposta que altera o texto original da constituição que prevê o BPC:

“Art. 203.

V - garantia de renda mensal, no valor de um salário-mínimo, à pessoa com deficiência, previamente submetida à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, que comprove estar em condição de miserabilidade, vedada a acumulação com outros benefícios assistenciais e previdenciários, conforme disposto em lei; e

VI - garantia de renda mensal de um salário-mínimo para a pessoa com setenta anos de idade ou mais que comprove estar em condição de miserabilidade, que poderá ter valor inferior, variável de forma fásica, nos casos de pessoa idosa com idade inferior a setenta anos, vedada a acumulação com outros benefícios assistenciais e com proventos de aposentadoria, ou pensão por morte dos regimes de previdência social de que tratam os art. 40 e art. 201 ou com proventos de inatividade e pensão por morte decorrentes das atividades de militares de que tratam os art. 42 e art. 142, conforme dispuser a lei.

Esses incisos explicam que a pessoa com deficiência terá a garantia de um salário mínimo desde que atendidos os requisitos de miserabilidade:

O §3º do artigo 20 da LOAS assim dispõe: Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

Além de ter que atender a um critério estabelecido de miserabilidade, a pessoa só é considerada pessoa com deficiência após a avaliação biopsicossocial, e o outro inciso fala que o idoso receberá o salário mínimo também se comprovada a miserabilidade a partir dos 70 anos, mas que a partir dos 60 anos ele receberá o valor inferior a um salário mínimo que é o valor de R\$400,00. Então vem § 1º e diz:

§ 1º Para os fins do disposto nos incisos V e VI do caput:

I - considera-se condição de miserabilidade a renda mensal integral per capita familiar inferior a um quarto do salário-mínimo e o patrimônio familiar inferior ao valor definido em lei; (Não há alterações em relação a renda per capita e a possibilidade do patrimônio familiar), inclusive essa questão ela pode ser alterada para que mais pessoas entrem nesse leque pois esse é um valor irrisório, visto que é muito difícil a família se enquadrar no critério da renda.

II - o valor da renda mensal recebida a qualquer título por membro da família do requerente integrará a renda mensal integral per capita familiar. (Esse é um critério que já existe e não foi alterado).

§ 2º O pagamento do benefício de prestação continuada à pessoa com deficiência previsto no inciso V do caput ficará suspenso quando sobrevier o exercício de atividade remunerada, hipótese em que será admitido o

pagamento de auxílio-inclusão equivalente a dez por cento do benefício suspenso, nos termos previstos em lei.” (NR)

Já existe uma lei que prevê que a pessoa que recebe o BPC e arruma um emprego, não perde esse benefício, ele fica suspenso, pois caso a pessoa perca esse emprego ela pode retornar a receber o benefício:

Essa lei é Instituída pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Art. 94. Terá direito a auxílio-inclusão, nos termos da lei, a pessoa com deficiência moderada ou grave que:

I - receba o benefício de prestação continuada previsto no art. 20 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e que passe a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS;

II - tenha recebido, nos últimos 5 (cinco) anos, o benefício de prestação continuada previsto no art. 20 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e que exerça atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS.

Porém a proposta da reforma na previdência altera o artigo 203 da constituição:

“Art. 203. (...) §2º O pagamento do benefício de prestação continuada à pessoa com deficiência previsto no inciso V do caput ficará suspenso quando sobrevier o exercício de atividade remunerada, hipótese em que será admitido o pagamento de auxílio-inclusão equivalente a dez por cento do benefício suspenso, nos termos previstos em lei.”

Também está previsto que na hipótese da pessoa que recebe o BPC consiga um emprego, além do salário terá direito ao auxílio inclusão que corresponderá a 10% do benefício suspenso. Exemplo: a pessoa consegue o emprego em que ganha o salário de R\$1000,00, além desse valor ela receberia mais o valor correspondente ao auxílio inclusão em 10% do BPC que equivaleria a mais ou menos R\$100,00 (esse valor também pode ser discutido no processo de aprovação no congresso nacional). Esses benefícios só serão concedidos a pessoa com deficiências grave ou moderada.

Esse é um incentivo pra que a pessoa deixe o BPC e vá para o mercado de trabalho, mas infelizmente nem sempre as funções são oferecidas com base

na qualificação das pessoas com deficiência, muitas vezes elas são oferecidas com o intuito de apenas preencher as cotas. A acessibilidade também é outro ponto a ser citado, pois ela vai desde a rota de deslocamento para o trabalho até dentro do seu posto de trabalho, a permanência e o acesso da pessoa com deficiência dependerá de muitos fatores, barreiras atitudinais precisam ser rompidas e o poder de mobilização das empresas deveria ser manifestado em prol dessas pessoas assim como o poder de pressão da sociedade civil, então é mais que necessário se pensar formas de ultrapassar essas limitações.

O art. 42 que trata da condição de miserabilidade da pessoa com deficiência ressalva que:

Art. 42. Até que entre em vigor a nova lei a que se referem os incisos V e VI do caput do art. 203 da Constituição, serão observados os seguintes critérios, em complemento ao disposto no § 1º do referido dispositivo:

I - para verificação da condição de miserabilidade, o patrimônio familiar deverá ser inferior a R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais); e

II - para fins do disposto neste artigo, considera-se que a família é composta pelo requerente e, desde que vivam sob o mesmo teto, por:

- a) cônjuge ou companheiro;
- b) pai ou mãe;
- c) irmãos solteiros;
- d) filhos e enteados solteiros; ou
- e) menores tutelados

Parágrafo único. Na ausência dos membros da família a que se refere a alínea “b” do inciso II, a família poderá ser composta por madrasta e padrasto do requerente, desde que vivam sob o mesmo teto.

A proposta evidencia as pessoas que serão consideradas membros do núcleo familiar, para que seja considerada tanto a miserabilidade quanto à renda per capita da família. Mulher se aposenta com a mesma idade do homem, 60 anos para ambos. A pensão por morte também está sendo severamente alterada:

Art. 28. Até que entre em vigor a nova lei complementar a que se refere o § 1º do art. 201 da Constituição, o valor da pensão por morte será

equivalente a uma cota familiar de cinquenta por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de dez pontos percentuais por dependente, até o máximo de cem por cento, exceto em caso de morte decorrente de acidente do trabalho, doença profissional ou do trabalho, hipótese em que as cotas para cálculo do valor da pensão serão aplicadas sobre cem por cento da média aritmética a que se refere o art. 29.

§ 1º As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de cem por cento da pensão por morte, quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a cinco.

§ 2º O disposto na Lei nº 8.213, de 1991, aplica-se ao tempo de duração da pensão por morte e das cotas individuais.

§ 3º As condições necessárias para enquadramento dos dependentes serão determinadas na data do óbito do segurado, inclusive em relação ao filho inválido ou com deficiência considerada grave.

§ 4º Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica.

A pensão por morte vai perder sua condição de integralidade: em alguns casos, o pagamento será de 50% da aposentadoria recebida pelo segurado ou do valor a que ele teria direito se fosse aposentado, mais 10% por dependente, até o limite de 100%. Assim, se a pessoa com deficiência não tiver filhos, receberá apenas 50% do valor devido.

Art. 222. § 7º O exercício de atividade remunerada, inclusive na condição de micro empreendedor individual, não impede a concessão ou manutenção da cota da pensão de dependente com deficiência intelectual ou mental ou com deficiência grave.

§ “8º No ato de requerimento de benefícios previdenciários, não será exigida apresentação de termo de curatela de titular ou de beneficiário com deficiência, observados os procedimentos a serem estabelecidos em regulamento.” (NR)

A pessoa com deficiência pode trabalhar e não perderá a sua condição de beneficiário se ela possuir uma deficiência grave, e para as pessoas que tem deficiência intelectual ou mental, independe do grau da deficiência, ou seja, ela sempre terá a sua cota de pensão garantida.

Essas alterações, que são colocadas pelo ministro Paulo Guedes, como formas de economizar, desconsideram totalmente a realidade socioeconômica e a formação sócio histórica do Brasil, que se configura como um país de grandes desigualdades sociais e econômicas, além de historicamente desprezar as necessidade das pessoas com deficiência.

2.3 A LEI DO PENTE FINO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL:

A lei 13.846, do dia 18 de junho de 2019, institui mecanismos antifraude em programas do Governo Federal, principalmente nos programas direcionados as pessoas com deficiência. Primeiro trataremos dos programas que foram criados, posteriormente nas alterações que houve na lei. A lei 13.846 é a conversão da medida provisória 871/2019.

Art. 1º Ficam instituídos, no âmbito do instituto nacional de seguro social (INSS):

I - o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade (Programa Especial), com o objetivo de analisar processos que apresentem indícios de irregularidade e potencial risco de realização de gastos indevidos na concessão de benefícios administrados pelo INSS;

Art. 8º São considerados processos com indícios de irregularidade integrantes do Programa Especial aqueles com potencial risco de gastos indevidos e que se enquadrem nas seguintes hipóteses, sem prejuízo das disposições previstas no ato de que trata o art. 9º desta Lei:

I - potencial acúmulo indevido de benefícios indicado pelo Tribunal de Contas da União ou pela Controladoria-Geral da União;

Se houver a suspeita de acumulação de benefícios ele será suspeito de irregularidades

II - potencial pagamento indevido de benefícios previdenciários indicado pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União;

II - processos identificados na Força-Tarefa Previdenciária, composta pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal e pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;

IV - suspeita de óbito do beneficiário;

V - benefício de prestação continuada, previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, com indícios de irregularidade identificados em auditorias do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União e em outras avaliações realizadas pela administração pública federal, permitidas, se necessário, a colaboração e a parceria da administração pública estadual e da administração pública municipal, por meio de procedimentos a serem definidos em cooperação com os Ministérios competentes;

Como o Cadastro Único é feito pelos municípios e pelos Estados, pode-se haver dessa forma, a obrigatoriedade de cooperação para partilha de informações com INSS, para que, em resumo seja feita essa auditoria nos benefícios existentes que possam ter suspeita de irregularidade.

VI - processos identificados como irregulares pelo INSS, devidamente motivados;

VII - benefícios pagos em valores superiores ao teto previdenciário adotado pelo Regime Geral de Previdência Social.

Se por algum motivo uma pessoa esteja recebendo valor acima desse teto do regime geral da previdência, estarão também sobre pena de serem periciados. Outro programa criado no intuito de fortificar essa fiscalização é:

II - o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (Programa de Revisão), com o objetivo de revisar:

a) os benefícios por incapacidade mantidos sem perícia pelo INSS por período superior a 6 (seis) meses e que não possuam data de cessação estipulada ou indicação de reabilitação profissional; e

b) outros benefícios de natureza previdenciária, assistencial, trabalhista ou tributária.

Dessa forma os benefícios mantidos pelo INSS e que estejam sem perícia a mais de seis meses, farão parte desse programa de revisão. Devemos atentar que essa fiscalização não vale tão somente para programas previdenciários e assistenciais, estarão também os de natureza trabalhista e

tributária. A previsão de duração desse programa será até 31 de dezembro de 2020, mas pode ser prorrogado até dezembro de 2022.

Além do exposto, a lei em seu artigo 2º cria bônus para os peritos que analisarão os benefícios, ou seja, as pessoas que vão trabalhar nesta revisão de benefícios do INSS vão receber uma determinada quantia em valor monetário por processo analisado. Desta forma, quanto mais processos forem abordados, mais receberá o indivíduo encarregado desse pente fino.

Art. 2º Para a execução dos Programas de que trata o art. 1º desta Lei, ficam instituídos, até 31 de dezembro de 2020:

I - o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios (BMOB); e

II - o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade (BPMBI).

Art. 10. O BPMBI será devido aos ocupantes do cargo de Perito Médico Federal, integrante da carreira de Perito Médico Federal, do cargo de Perito Médico da Previdência Social, integrante da carreira de Perícia Médica da Previdência Social, de que trata a Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004, e do cargo de Supervisor Médico-Pericial, integrante da carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, para cada perícia médica extraordinária realizada no âmbito do Programa de Revisão, na forma estabelecida em ato do Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

§ 1º O ato do Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia a que se refere o caput deste artigo disporá sobre os critérios para seleção dos benefícios objeto das perícias extraordinárias e abrangerá:

I - benefícios por incapacidade mantidos sem perícia pelo INSS por período superior a 6 (seis) meses e que não possuam data de cessação estipulada ou indicação de reabilitação profissional;

II - benefícios de prestação continuada sem revisão por período superior a 2 (dois) anos; e

III - outros benefícios de natureza previdenciária, assistencial, trabalhista ou tributária.

Essas perícias extraordinárias existirão fora do expediente legal do INSS.

3. AS CONTRARREFORMAS DO ESTADO: IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

Trazer a reflexão sobre a contra reforma trabalhista atrelada a da previdência faz-nos refletir acerca dos aspectos negativos que em suma são sentidos diretamente por toda a classe trabalhadora.

As pessoas com deficiência também estão incluídas nesta classe, todo o trâmite da reforma da previdência perpassa diretamente sobre a reforma trabalhista, pois se interliga como junção dos fatores: precarização da força de trabalho, exploração e o distanciamento dos direitos previdenciários que vão refletir na realidade das pessoas com deficiência visto que a rigidez das leis e as dificuldades de acesso ao BPC estão atreladas a obrigatoriedade de um tempo estipulado de contribuição, mas então, como contribuir sem trabalhar? Como trabalhar sem poder? E como ter acesso ao salário mínimo integral se as pessoas com deficiência sequer conseguem ser inseridas nos critérios seletivos?

Trazemos essa reflexão não por afirmar que as pessoas com deficiência não possuem capacidades, mas sim no sentido de que para a realidade do sistema capitalista, enquanto essa pessoa puder ser útil será, mesmo que para isso sejam reinventadas formas de colocar uma pessoa, por exemplo, com um membro amputado em um posto de trabalho dando-lhe uma prótese. O reconhecimento das pessoas com deficiência como cidadãos que têm direitos é o primeiro passo para que tenhamos condições acessíveis e justas para as mesmas em todos os seus espaços de sociabilidade.

De acordo com a reforma trabalhista instrumentalizada pela lei Nº 13.467 de 2017 na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) criada através do Decreto-Lei n.º 5 452, de 1 de maio de 1943, seu Art. 611-B constitui:

Objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos:

XXII - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência;

Podemos refletir, será que de fato existe o que está assegurado no trecho da lei acima? Podemos dizer que as transformações no mundo do trabalho vêm reproduzindo antigas desigualdades:

Segundo Antunes 2006:

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. (Antunes, 2006, p: 24)

Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias. (Antunes, 2006, p: 24)

Como cita Antunes, devido às transformações históricas que o processo de trabalho vem passando, podemos afirmar que o mundo do trabalho para as pessoas com deficiência do mesmo modo, também vem sendo afetado e de forma mais aprofundada.

Como via de regra se preceder o negociado acima do legislado, um dos pontos da reforma trabalhista, o trabalhador como parte oprimida, abdica de sua voz em recusar-se a defrontar com seu patrão, e sem qualquer proteção legal torna-se vulnerável e disposto arbitrariamente a compactuar com as escolhas sobre a pena de perder seu emprego, muitas vezes única e exclusiva fonte de renda, onde se vê desprotegido não somente monetariamente, mas comprometido intelectual, mental e fisicamente. Essa demolição da Justiça Trabalhista gera um desequilíbrio ainda maior na relação entre patrões e trabalhadores, o que desencadeia uma intensificação da terceirização e uma conseqüente ampliação da precarização do trabalho.

Tida como um fardo, a pessoa com deficiência percebe-se dentro do contexto trabalhista como mero cumprimento da lei, esta já ameaçada. Nega-se a capacidade desta pessoa, logo então aparecem às diferenças no tratamento e no oferecimento de oportunidades. Frutos do preconceito, da falta

de informação e capacitação especializada para tratar pessoas com deficiência não com “coitadismo”, mas com a capacidade que a mesma possui e com o devido aparato que deve receber.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged, o espaço da pessoa com deficiência nas empresas ainda é pequeno. Dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) mostram que, entre 2011 e 2017, o número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho passou de 325.291 para 441.339 – acréscimo de apenas 116 mil pessoas. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) aponta que em 2018 o total de trabalhadores nessa condição era de 442.007 pessoas – apenas 668 empregados a mais de um ano para o outro. (Caged)

O último Censo Demográfico realizado no Brasil aponta que, em 2010, havia 8.998.671 pessoas entre 18 e 64 anos com deficiências mais severas – número imensamente superior as 756.125 vagas reservadas por lei para as pessoas com deficiência e reabilitadas (Caged/IBGE). Vale ressaltar, que nem sempre são preenchidas por pessoas com deficiência, como também ocorre de sair uma pessoa com deficiência de um posto e o mesmo não ser ocupado por uma pessoa com deficiência.

Os mais escolarizados ocupam a maior parte das oportunidades de emprego. Dos 442.007 PcDs contratadas no ano de 2018, 301.879 tinham ensino médio ou ensino superior (incompleto ou concluído) – equivalente a 68% do total (Caged).

Infelizmente o acesso à educação não é um direito de todos/as, as pessoas com deficiência historicamente foram institucionalizadas, separadas do convívio social, descapacitadas e dirimidas do processo escolar especial com aspectos positivos quanto deficitários. Esse ranço histórico remonta na figura da pessoa com deficiência a codependência que possui de seus cuidadores. A pessoa com deficiência dentro do contexto social sempre teve um papel coadjuvante e separado dos demais ditos “normais”, hoje, a luta para ter espaço e visibilidade é um desafio posto perante as desigualdades plantadas na sociedade que para as pessoas com deficiência sempre foi não inclusiva.

Há inúmeros fatores que já distanciam a pessoa com deficiência do mercado de trabalho. O Projeto de Lei nº 6.787/2016, se mostra também como

obra catedrática do capital e do mercado, tendo como características marcantes a: flexibilização, terceirização e polivalência. A desregulamentação tem concedido ao capital total liberdade para demitir, mudar horários e jornada de trabalho, implantar salários variáveis, fazer a substituição de empregados efetivos por temporários.

Segundo Antunes (2006), apesar dos grandes impactos sofridos, por conta dos desdobramentos da acumulação flexível, os movimentos grevistas ainda tentam se manter de pé, mostrando a resistência dos trabalhadores à perda de direitos causada pela flexibilização do trabalho. A estratégia do capital mundializado tem como objetivo derrubar todas as formas de regulação sobre o trabalho, desconstruir direitos sociais, que foram duramente conquistados pelos trabalhadores.

Dessa forma, a atual configuração do capital determina novas modalidades de reprodução da força de trabalho, ancoradas principalmente nos processos de privatização, focalização e descentralização das Políticas Sociais. Nesta ótica, a estratégia neoliberal de reprodução da força de trabalho consiste em implementar políticas sociais que consigam integrar os indivíduos, já que, em sua visão, o trabalho assalariado não tem mais essa capacidade.

É esta perspectiva que vem determinando as tendências das Políticas Sociais no Brasil, que em oposição à universalização e a integração com as outras esferas da seguridade social, gradativamente passam a ser centralizadas em programas sociais emergenciais e seletivos, enquanto estratégias de combate à pobreza.

As crises surgem e não interessam a nenhum sujeito social, aparecem como maior vulnerabilidade do capital, todas as suas contradições aparecem à tona e tomam à patente. A ação do Estado age a favor do capital e essa discussão é muito abrangente, ele mexe com variados setores frágeis da esfera trabalhista no que diz respeito aos direitos conquistados, sejam eles em qual âmbito for.

“E crises, não só financeiras, fazem, também necessariamente parte da dinâmica capitalista - não existe capitalismo sem crise. São próprias desse sistema as crises cíclicas que, desde a segunda década do século XIX, ele vem experimentando regularmente”. (Netto, 2012. p: 415)

A essência da crise estrutural do capitalismo é o conflito entre as forças produtivas (trabalho e produção socializados, técnica cada vez mais aperfeiçoada, produtividade em grande escala) e as relações de produção (apropriação privada, propriedade privada, que bloqueia a utilização plena da ciência e da técnica e o atendimento das necessidades coletivas). Vivemos um período atual delicado e preocupante, um desenlace é a revolução social e a plena busca por direitos há tempos já expropriados, caso contrário prevalecerão os processos de barbárie: guerras, fome, desemprego, violência reacionária, destruição da natureza, doenças, etc.

No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho) da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal). (Netto, 2012. p: 417)

O crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital - como os economistas burgueses (que se recusam a admitir que se trata do exército industrial de reserva próprio do tardio-capitalismo) descobrindo... o “desemprego estrutural”! De fato, o chamado “mercado de trabalho” vem sendo radicalmente reestruturado - e todas as “inovações” levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje reconhecidamente a ordem do desemprego e da “informalidade”. (Netto, 2012. p: 417)

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Na sociedade de que trata, o capital é a relação social determinante que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social.

Portanto, não é de se impressionar que as reformas e reconfigurações pelas quais passam o Estado, dentro de um sistema baseado na busca incessante pelo lucro, evidenciam o caráter desumano e destruidor do capitalismo, desconsiderando a relevância da natureza para a manutenção da vida na terra, bem como a necessidade de ressignificar as diferenças e ofertar as condições mínimas para o desenvolvimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise acerca dos impactos das contrarreformas do Estado na vida das pessoas com deficiência. Buscamos despertar no leitor, a necessidade do remonte da agenda de lutas, mobilizações e movimentos sociais em prol das pessoas com deficiência a partir da compreensão de como se deu a trajetória histórica no tocante aos avanços que se constituíram nos aparelhos legais para as pessoas com deficiência que sofreram alterações e mudanças ao longo do tempo.

No que tange as políticas sociais voltadas às pessoas com deficiência, propomos destacar os avanços e retrocessos, que historicamente vivenciamos. No tocante aos desafios, ressaltamos neste esboço, especialmente o que diz respeito à Contrarreforma do Estado Democrático de Direito que estamos sofrendo atualmente com ênfase na Reforma Previdenciária recortando as implicações a realidade da vida das pessoas com deficiência.

Projitou-se também neste estudo bibliográfico, um comparativo sobre como o resultado dessas possíveis alterações afetarão os direitos constituídos existentes para as pessoas com deficiência e foram discutidos também os aspectos do mito existente em torno do déficit da previdência social que tenta justificar a privatização da previdência e dos serviços assistenciais. Foram trazidas também as possíveis mudanças que estão tramitando no campo legislativo referente aos direitos das pessoas com deficiência ao Benefício de Prestação Continuada.

E não se atendo apenas ao campo das mudanças na estrutura das leis, essas alterações também trouxeram reflexões acerca do modo de vida das pessoas com deficiência, suas necessidades e subjetividades com os adventos agravantes da contrarreforma na Previdência Social e sobre como se dará a sua sociabilidade pós reforma com visões a proporcionar as pessoas com deficiência o acesso às informações que se promovem com esta discussão que ressalta a importância dos impactos desta implicação em suas vidas e posteriormente contando com os contributos dos possíveis estudos que visem contribuir para o aprofundamento desta discussão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING; BOSCHETTI. **Política Social, Fundamentos e História**. 9ª ed. São Paulo, Editora: Cortez, 2006.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB nacional [recurso eletrônico]: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. –**Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 159).

BRASIL. **Lei complementar nº 142, de 8 de maio de 2013. Vide Decreto nº 3.048, de 1999 Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS**. Brasília, 8 de maio de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

Braille. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Braille> Acesso em: 05 Setembro de 2019.

Boletim estatístico da previdência social. [Secretaria de políticas de Previdência Social coordenação-geral de estatística. Demografia Atuarial. Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/08/beps19.06.pdf>](#) Acesso: 05 Setembro de 2019.

BRASIL. **Medida provisória nº 808, de 2017. Consolidação das leis do trabalho (CLT)**. Brasília, 13 de julho de 2017; 196º da Independência e 129º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm Acesso em: 05 Setembro de 2019.

BRASIL. **Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade; Conversão da Medida Provisória nº 871, de 2019**, Brasília, 18 de junho de 2019; 198º da Independência e 131º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13846.htm Acesso em: 05 Setembro de 2019.

BRASIL. Nova previdência é para todos. É o melhor para o Brasil.

Apresentação da PEC fevereiro de 2019. Disponível em:

<https://www.brasil.gov.br/novaprevidencia/> Acesso em: 05 Setembro 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL GT DE EDUCAÇÃO:

Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília, junho de 2011.

COUTO, Berenice Rojas. RAICHELIS, Raquel. YAZBEK, Maria Carmelita. A política nacional de assistência social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos.

CEDCA-AL. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Maceió, Alagoas Julho 2010.

Como acessar os serviços da FUNAD? Disponível em:

<https://funad.pb.gov.br/nucleos> Acesso em: 05 Setembro de 2019.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA. Promulgada em 5 de outubro de 1989. JOÃO PESSOA - PARAÍBA 2009. Disponível em:

<https://gestaounificada.pb.gov.br/interpa/pdf/documentos/constituicao-pb.pdf> Acesso em: 05 Setembro de 2019.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília – 2016. Disponível

em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em: 05 Setembro de 2019.

DENTZ, Marta Von. SILVA, Roberto Rafael Dias da. **Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social:** elementos para uma revisão crítica. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015. Editora Expressão Popular. São Paulo – 2011.

DE PLÁCIDO E SILVA. **Vocabulário Jurídico.** 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

Direitos das pessoas com deficiência. Saúde, educação e assistência social. Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD.

DICHER, Marilu. TREVISAM, Elisaide. **A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana.** Disponível em:

<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=572f88dee7e2502b> Acesso em: 05 Setembro de 2019.

EDUARDO, Ítalo Romano. EDUARDO JEANE, Tavares Aragão. **Direito Previdenciário – Custeio para concursos**. Salvador, curso Ímpar. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Senado Federal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf> Acesso em: 05 Setembro de 2019.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **O novo conceito constitucional de pessoa com deficiência: um ato de coragem**. Revista do TRT da 2ª Região, São Paulo, n. 10/2012, p. 37-77.

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência
GIAMBIAGI, Fábio. ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Funad comemora 20 anos e o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/funad-comemora-20-anos-e-o-dia-nacional-de-luta-das-pessoas-com-deficiencia/> Acesso em: 05 Setembro de 2019.

FONSECA, Tatiana Maria Araújo da. **A deficiência no interior da política de assistência social: um balanço sócio-histórico**. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Fonseca_16.pdf Acesso em: 05 Setembro de 2019.

GOVERNO, do Estado da Paraíba. **Plano regional da rede de cuidados à pessoa com deficiência**. Comissão intergestores regional – vale do Mamanguape, 2016.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, 2000.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. Cortez, 38ª edição, 2013.

JAMES, Estelle. **Novos sistemas previdenciários: experiências, evidências e questões pendentes**. In **A economia política da reforma da previdência: traduções de textos selecionados**. Brasília: MPAS, 2001. (Coleção Previdência Social, 9).

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2a edição

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **A seguridade social na Constituição Federal**. São Paulo: Ltr, 1989.

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 05 Setembro de 2019.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. BRASÍLIA – 2005.

Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> Acesso em: 05 Setembro de 2019.

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm Acesso em: 05 Setembro de 2019.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde.** São Paulo: Atlas, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In.: **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília. Pág. 51 – 67.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias.** Serv. Soc., São Paulo. N. 111. P413-429. Jul./set 2012.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. PORTARIA Nº 380, DE 12 DE AGOSTO DE 2010. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2010/prt0380_12_08_2010.html Acesso em: 05 Setembro de 2019.

Modelo Médico para o Biopsicossocial 21/11/2014. Disponível em:

http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_141.pdf Acesso em: 05 Setembro de 2019.

MEC/SECADI Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 Acesso em: 05 Setembro de 2019.

MONROE, Camila. SANTOMAURO, Beatriz. **Conheça as salas de recurso que funcionam de verdade para a inclusão.** 01 de Abril de 2010. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1507/conheca-as-salas-de-recurso-que-funcionam-de-verdade-para-a-inclusao> Acesso em: 05 Setembro de 2019.

PARAÍBA 2040, o futuro já começou. **ORÇAMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA PPA 2016-2019.** João Pessoa, 29 de setembro de 2015.

PEREIRA NETTO, Juliana Pressoto. **A previdência Social em reforma: o desafio da inclusão de um maior número de trabalhadores.** São Paulo: LTr, 2002.

Previdência Social Pública, Justa e Solidária, Maio 2016.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, PEC 6. Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.

Política Nacional de Assistência Social. PNAS/ 2004/Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Novembro de 2005. Disponível em: <http://www.blog.gesuas.com.br/static/PNAS-2004.pdf> Acesso em: 05 Setembro de 2019.

Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/artigos/808-pessoa-com-deficiencia/41183-politica-nacional-de-saude-da-pessoa-com-deficiencia> Acesso em: 05 Setembro de 2019.

Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Brasília – DF 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_pessoa_com_deficiencia.pdf Acesso em: 05 Setembro de 2019.

Políticas de Saúde e a Rede de Atenção a Saúde da Pessoa com Deficiência. I **Seminário Nacional sobre Deficiência e Funcionalidade Transitando do Retrospecto histórico da pessoa com deficiência na sociedade.** Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/retrospecto-historico-da-pessoa-com-deficiencia-na-sociedade/48757> Acesso em: 05 Setembro de 2019.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. e NORONHA, Karine "O Estado da Arte sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social - Uma Perspectiva Crítica. In: FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda (orgs.). Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. 5. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. Acesso em: 22 de Abril de 2019.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”: particularidades no Brasil.** São Paulo, Cortez, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Política educacional brasileira: Limites e perspectivas.** Campinas em 19 de junho de 2007.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** 14ª ed. do trabalho no novo capitalismo / Richard Sennett; tradução Marcos Santarrita. - 14ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2009.

SERRA, Rose M. S. **Crise da materialidade no serviço social:** repercussões no mercado profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SIMONASSI, Aloysio Augusto. **Estudo dos problemas gerenciais, estruturais e conjunturais da Previdência Social no Brasil: 1985 a 1998.** Florianópolis: 2003. 139 p. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social** / Aldaíza Sposati. – 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, A. et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras.** 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Normas Constitucionais.** Disponível em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/legislacao%3e>

Acesso em: 05 Setembro de 2019.

Transparência Estado da Paraíba. Disponível em:

http://transparencia.pb.gov.br/@busca?sort_on=sortable_title&SearchableText=funad

Acesso em: 05 Setembro 2019.

Um pouco da história das pessoas com deficiência no Brasil. CNBB.

Disponível em: <https://noticias.cancaoнова.com/brasil/um-pouco-da-historia-das-pessoas-com-deficiencia-no-brasil/>

Acesso em: 05 Setembro de 2019.